

OEIRAS ACTUAL



QUILÓMETROS E KILÓMETROS
DE ANIMAÇÃO E DIVERSÃO



A enorme visibilidade do 'Mexa-se na Marginal', somado ao facto de este ano ter coincidido com o Dia Mundial da Criança, proporcionou que, em paralelo com as diversas animações habituais, tivesse havido oportunidade de chamar a atenção para algumas causas.

4 **Medrosa mais verde – 80 mil euros de investimento**
Brincar em segurança – Novo parque infantil em Queluz de Baixo
Inaugurado Edifício Atrium – Serviços municipais modernos e eficazes

6 **Entrevista com o presidente da Junta de Freguesia de Paço de Arcos**
SMAS de Oeiras e Amadora – Gota a gota a marcar a diferença
Novidades nos postos de atendimento do Município

8 **Quinzena da Energia e do Ambiente**
Reutilização do óleo alimentar usado – Oeiras já tem oleões
Bandeira certifica qualidade ambiental – Porto de Recreio ainda mais azul

16 **Secretário de Estado visita Cooperativa de São Pedro**
Semana da Protecção Civil em Oeiras
Mais 10 famílias em casas novas

32 **Comemorações do Dia do Município**
Festas de Oeiras 2008
Feira de Velharias de Oeiras – Nova localização traz benefícios

Director:
Isaltino Morais
Produção:
Elisabete Brigadeiro
Editora:
Sónia Correia | sonia.correia@cm-oeiras.pt
Colaboradores:
Ana Delicado, Ana Henriques, Ana Teresa Silva, Carla Rocha, Joaquim Boça, Jorge Miranda, Luís Vaz do Carmo, Manuel Machado, Serviços Municipais.
Fotografias:
Albérico Alves, Carlos Santos, Carmo Montanha e Positive Vibes - Magic Box
Ideia Gráfica:
Núcleo Criativo CMO | Susana Ferreira
Paginação, fotocomposição e arte final:
Costa Valença, Pub. Lda. (costavalenca@gmail.com)
Propriedade:
Município de Oeiras
Impressão:
Heska Portuguesa
Publicação:
Mensal
Distribuição:
Gratuita
Tiragem:
70 000 Exemplares
Depósito Legal:
27769/89
Execução:
Gabinete de Comunicação
Telefone:
21 440 83 79
Fax:
21 442 73 66
Morada:
Largo Marquês de Pombal,
2784 - 501 Oeiras

Na internet em:
www.cm-oeiras.pt
Os textos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Caro Munícipe,

Habitúamo-nos a que Oeiras tivesse ocasiões em que, por uma razão ou por outra, se sentia o pulsar do Concelho de uma forma diferente, mais acutilante. Havia momentos em que parecia que o Concelho se encontrava mais disponível para o desporto, outros em que se dedicava mais à cultura ou aos espectáculos, à saúde ou à acção social, ao meio ambiente ou às situações de lazer, entre vários.

Hoje, tenho a noção de que o tempo e a nossa acção sobre ele, acelerou. A actividade “normal” do Concelho de Oeiras, digamos assim, é já um novelo de acções, inaugurações, eventos, criações, propostas e ideias que geram um fluxo contínuo de energia e vitalidade que parecem inesgotáveis e que moldam definitivamente a nossa identidade como espaço e como gentes. Já somos assim.



**Há sempre qualquer coisa a acontecer, em áreas diferentes
e os acontecimentos sucedem-se a um ritmo constante.**

Os boletins OeirasActual são a prova de que Oeiras não pára. Há sempre qualquer coisa a acontecer, em áreas diferentes e os acontecimentos sucedem-se a um ritmo constante. Volto ao somos assim. Quando digo somos, incluo não só a actividade da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, dos Serviços Municipalizados e das diversas Empresas Municipais, mas, fundamentalmente, os muitos milhares de munícipes que aderem com vontade e espontaneidade ao que lhes propomos.

Esta é a melhor parte do nosso trabalho. Ver que o que fazemos, resulta e é apreciado. Por si. Que Oeiras tem vida e tem ritmo. E é o seu.

Esta é a nossa OEIRASACTUAL.

O Presidente da Câmara



Isaltino Morais

80 mil euros de investimento

Bairro da Medrosa mais verde

“Quando vêm agora à janela, os moradores do bairro não podem deixar de sentir uma sensação de prazer”. Foi com estas palavras que o presidente da Câmara aludiu aos trabalhos de requalificação e arranjos exteriores recentemente concluídos no Bairro da Medrosa, freguesia de Oeiras.

A empreitada realizada no local consistiu em plantações e reformulações de canteiros, introdução de sistemas de rega automáticos, pavimentações, reordenamento do estacionamento automóvel, estabilização de taludes, reforço do sistema de drenagem, colocação/substituição de mobiliário e equipamento urbano, reformulação do parque Infantil e criação de uma área canina.

Com uma área de intervenção de cerca de 1500m², o espaço, até aqui degradado e sem aproveitamento, constitui agora uma nova zona de enquadramento e acolhimento, contribuindo para o aumento das áreas verdes no concelho.

Também ao longo da Estrada da Medrosa foram feitas beneficiações, quer pela criação de um passeio, quer pela plantação de árvores em caldeira ao longo da mesma.

A zona agora intervencionada está integrada na Área Plano da Medrosa e constitui a última fase de um projecto global de requalificação daquele bairro, iniciado em 2005.



Na foto, o presidente da Câmara Municipal, a vereadora Madalena Castro e o presidente da Junta de Freguesia de Oeiras



Brincar em segurança

Integrado nas comemorações do Dia do Município, foi inaugurado, no passado dia 7 de Junho, o Parque Infantil de Queluz de Baixo. O equipamento, localizado numa zona residencial, encontra-se dotado de todas as condições de segurança e começou, desde logo, a ser utilizado pelos mais pequenos.

Edifício Atrium inaugurado pelo ministro da Administração Interna

Uma autarquia mais moderna e eficaz



O ministro da Administração Interna, Rui Pereira, presidiu, no passado dia 7 de Junho, no âmbito das comemorações do Dia do Município, à cerimónia de inauguração do Edifício Atrium, localizado junto ao Parque dos Poetas.

O novo edifício alberga algumas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Oeiras, nomeadamente as que estavam, até agora, sediadas na Fundação de Oeiras, entre outras dispersas pelo concelho.

Reunindo os serviços num espaço comum, evita-se a dispersão e contribui-se para uma maior eficácia de prestação de serviços aos munícipes.

O átrio central do edifício será consagrado à realização de exposições, a primeira das quais, intitulada 'Oeiras em Maqueta', foi inaugurada naquele mesmo dia, tendo sido, também, visitada por Rui Pereira, na companhia do presidente da Câmara, Isaltino Morais.



Da esquerda para a direita, o ministro da Administração Interna, o presidente da Câmara Municipal, os vereadores Emanuel Martins, Carlos Oliveira, Elisabete Oliveira, e o presidente da Assembleia Municipal, José Tavares Salgado

Entrevista com o presidente da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, Nuno Campilho

“É a freguesia mais charmosa do concelho”



“Paço de Arcos é a freguesia mais charmosa do concelho”. É desta forma, com desarmante convicção, que o recém-chegado presidente de junta define a ‘sua’ freguesia.

A frente ribeirinha, com atractivos suplementares, graças a um conjunto de intervenções que contemplam, agora, a requalificação da Praia Velha e o prolongamento do Passeio Marítimo, lidera a lista de encantos.

“Já tive oportunidade de observar Paço de Arcos vista do mar e é de facto muito bonita. Existe uma harmonia urbana, os prédios, ainda que antigos, mantêm características notáveis do ponto de vista da arquitectura. São diversos os factores associados ao mar e ao rio que conferem este charme à freguesia”.

Núcleo histórico | “O centro de Paço de Arcos é aglutinador. Funciona como um pólo magnético”, assegura Nuno Campilho.

Para isso contribuem, na sua opinião, o facto de ali estarem localizados o ainda pujante mercado, “pólo de atracção natural”, a sede da junta de freguesia e comércio, muito comércio.

“Paço de Arcos construiu-se um pouco em volta do mercado: é ali que estão os correios, a florista, a papelaria, a retrosaria, os cafés... tudo se construiu à volta do mercado”, explica.

Ao longo dos últimos anos, consequência natural do desenvolvimento, Paço de Arcos “cresceu a norte, na ligação à freguesia de Porto Salvo”. A Quinta da Fonte contribuiu, de forma decisiva, para que tal acontecesse. Bem como a instalação dos Serviços Técnicos da Câmara, as sedes de empresas como a Edimpresa ou a NetJets, a urbanização da Quinta do Torneiro e, mais recentemente, o novo quartel de bombeiros.

O presidente de junta acredita que a edificação, naquela zona, do novo centro de congressos, feiras e exposições, vai ser a ‘cereja em cima do bolo’.

“Vai contribuir para que as pessoas passem a frequentar ainda mais aquela zona, graças ao incremento de comércio, serviços e habitação”.

Conjugados, estes factores vão ajudar a desvanecer a ideia de que o norte e o sul da freguesia são como o azeite e a água. Pelo contrário, Nuno Campilho afirma: “a freguesia é só uma e que eu quero que seja só uma!”.

Actividade económica e empresarial | “Paço de Arcos tem a maior e melhor concentração de restaurantes do concelho de Oeiras, sem dúvida nenhuma. A Rua Costa Pinto é o nosso ex libris”. O comércio local no centro é “forte”, em grande medida fruto de “uma ligação quase familiar entre quem frequenta e quem é frequentado”, não esquecendo ainda o Centro Comercial Oeiras Parque.

Paralelamente, a freguesia “é também uma das mais desenvolvidas intelectualmente. Pela sua característica empresarial. Paço de Arcos tem uma das maiores concentrações empresariais do concelho, e do melhor que há”, sublinha Nuno Campilho.

“A Quinta da Fonte é um dos maiores parques empresariais do concelho, orgulhamo-nos disso, a maior empresa de aviação comercial privada do Mundo e uma das maiores empresas editoriais do País estão sedeadas em Paço de Arcos, e vamos ter um centro de congressos”.

Património | “Em boa hora” – considera Nuno Campilho – a Câmara Municipal tomou a decisão de concessionar o Palácio dos Arcos para a instalação de uma unidade hoteleira. Por diversas razões: porque dessa forma fica assegurada, à partida, “uma boa preservação de um património no qual a Câmara Municipal, por si só, não teria condições para investir – trata-se de uma verba considerável”, porque devolve o Palácio, “em toda a sua dignidade, à população”, porque permite manter “a utilização do jardim como público” e, também, porque o centro histórico de Paço de Arcos ganha um hotel. Consciente de que dificilmente existem medidas consensuais, o autarca considera que este é “o caminho a seguir”.

Mobilidade e estacionamento | “Penso que o centro de Paço de Arcos tem um problema de ordenamento de tráfego. O centro da vila é atravessado, diariamente, por milhares de carros. Muitos desses não têm como destino o centro de Paço de Arcos, mas a Marginal”.

O presidente da junta de freguesia defende, por isso, uma solução que permita que os automobilistas que se dirigem à Marginal, vindos de norte, não sejam obrigados a atravessar o centro da vila. Mas tem consciência de que não é fácil encontrar uma solução de compromisso, que seja vantajosa para todos.

Concluído está já o projecto de um silo automóvel, a construir nas traseiras do supermercado Pingo Doce. Dois pisos de estacionamento subterrâneo vão permitir criar

200 novos lugares de estacionamento, que “resolvem, integralmente, os problemas de estacionamento no centro histórico”.

Até ao final do ano Nuno Campilho acredita que o Combustível passe a servir também a freguesia de Paço de Arcos, contribuindo para uma melhor e mais eficaz mobilidade dos moradores.

Equipamentos | O presidente da junta de freguesia anuncia, com “grande satisfação”, que o Centro Cultural José de Castro vai ser uma realidade.

“É um processo que se arrasta há muitos anos e é um anseio muito antigo da população. Se existe carência em Paço de Arcos é de um espaço dessa natureza”.

As instalações da junta de freguesia constituem outra carência, identificada pelo autarca. “Em nenhuma outra junta do concelho o atendimento é feito num vão de escada. E não estou a pôr aspas – é mesmo vão de escada. Não é digno. Nem para quem faz o atendimento, nem para quem é atendido”, afirma Nuno Campilho. “Sei que existe, por parte da Câmara, vontade em resolver o problema. Provavelmente já não será neste mandato, mas existe vontade”.

Retrato social | O crescimento urbanístico da freguesia foi, naturalmente, acompanhado de um fluxo de novos moradores, que ajudam a compor um novo retrato de Paço de Arcos. O presidente de junta acredita ser “natural” que os moradores mais recentes sejam menos interventivos, menos participantes. Por razões relacionadas com a intensidade da vida profissional, por serem oriundos de outras zonas do País, ou por quaisquer outras razões, assumem “uma vivência da freguesia muito mais desligada”. “Vivem e reclamam dos problemas da freguesia muito mais as pessoas mais velhas, as que residem no centro da freguesia ou na zona histórica, do que aquelas que vivem fora, às quais esta vivência comunitária diz pouco”, adianta Nuno Campilho, salvaguardando as excepções que sempre fazem a regra.

A análise desemboca na questão da abstenção: “é de admitir – considera – que a população mais abstencionista seja a mais jovem. Os mais velhos, ou porque cá nasceram, ou porque vivem cá há mais tempo, acompanham mais a vida da freguesia, têm naturalmente maior apetência para ir votar”.

Comunidade piscatória | Paço de Arcos é também terra de pescadores. Nuno Campilho assevera mesmo que “a comunidade piscatória de Paço de Arcos é uma das mais castiças de toda a frente ribeirinha que vai de Lisboa a Cascais”.

Foi também a pensar nessa comunidade que a Câmara Municipal avançou com a obra de requalificação da Praia Velha. Decorreu, já, um pré-registo dos profissionais interessados em assegurar um espaço. O processo está em curso e a obra também. O presidente da junta de freguesia acredita que a intervenção vai conferir dignidade ao espaço, na medida em que disciplina a frequência dos pescadores, transformando-o numa “zona urbana de boa e sã convivência, com uma espécie de anfiteatro ao ar livre e uma zona pedonal, permitindo uma melhor e mais adequada proximidade ao mar. O espaço tornar-se-á agradável não só para passeios, como para a realização de eventos, como as festas de Paço de Arcos, que poderão alargar-se para ali. São imensas as possibilidades de melhor usufruir daquela área”.

Apoio à população idosa – Neste domínio, Nuno Campilho aproveita para anunciar o início de um projecto da Polícia de Segurança Pública que prevê o apoio a pessoas com mais de 65 anos. “O desafio foi lançado à junta de freguesia, que cede uma viatura, na qual se farão transportar os agentes que vão contactar com a população, dar conselhos em matéria de segurança, prestar serviços e outras ajudas”, esclarece o autarca. A prossecução do programa é da responsabilidade da PSP, que vai afectar dois agentes ao projecto. Trata-se, nas palavras do presidente de junta, de “uma iniciativa muito meritória, que espero possa arrancar ainda antes do Verão”.

SMAS de Oeiras e Amadora

Gota a gota faz-se a diferença

'Plano para a Eficiência na Utilização da Água' foi o tema eleito pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Oeiras e Amadora para as acções de sensibilização a desenvolver junto dos seus clientes e de todos os munícipes dos dois concelhos, até ao final do ano.

Trata-se de um projecto ambicioso, como tantos outros em que os SMAS se têm envolvido, e que se espelha a dinâmica e a reconhecida competência de todos aqueles que, 24 horas por dia, se empenham no abastecimento ininterrupto de água de qualidade e na recolha de águas residuais.

Numa época em que tanto se discute a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água, os SMAS optaram pela aposta na sustentabilidade da água numa óptica social e ambientalmente responsável.

Os SMAS assumem o seu papel de protagonistas neste sector, promovendo a sensibilização para o bem das gerações vindouras, na garantia de que continuarão a trabalhar em prol das populações dos dois municípios, assegurando um serviço continuado e de qualidade.

Trata-se, em suma, de assumir a função de primordial importância, servindo a comunidade, também, no apelo à poupança e combate ao desperdício. Esta missão é de todos, sobretudo ao nível do controlo das perdas de água.

O plano é para o uso eficiente da água. E o uso mais eficiente que se pode dar à água, é bebê-la. Porque, nunca é demais dizê-lo, SMAS, Pelo Bem que a Água lhe Faz!

gota a gota mudamos o curso das nossas vidas

A água, mais do que um recurso limitado, é símbolo de vida. Assim como todos os rios têm um encontro marcado com o mar, também o destino de toda a vida no planeta se encontra irremediavelmente ligado ao da água. A necessidade colectiva, desta bem preciosa, tem vindo a aumentar de ano para ano, mas a totalidade das reservas de água doce do nosso planeta são apenas uma gota no oceano.

Cerca de 77% da superfície do nosso planeta está coberta por água, no entanto, 97% da água existente na Terra é salgada e, a maior parte da água doce encontra-se retida nos glaciares do Pólo Norte e Pólo Sul, o que faz com que, apenas 0,3% de toda a água no planeta esteja disponível para ser utilizada pelos Seres Humanos, animais e plantas.

A água tem portanto um papel vital no destino de toda a vida na Terra. No entanto é, como já referimos, um bem cada vez mais escasso e encontra-se irregularmente distribuída no Mundo. A tomada de consciência do carácter vital da água e a necessidade de promover uma utilização eficiente da mesma, são mensagens que os SMAS de Oeiras e Amadora procuram fazer chegar a todas as

um gesto de sensatez, uma gota de cada vez

Pequenos gestos...

...na sua casa

Não leve a loiça com a água a correr, utilize uma cuba ou recipiente para lavar e depois de aplicar o detergente, passe a loiça por água limpa;

Utilize as máquinas da loiça e da roupa apenas com a carga completa, ou opte por programas de ciclos curtos e baixas temperaturas;

Verifique se existem fugas nas canalizações e se as torneiras fecham correctamente. Uma gota a pingar por segundo pode significar 40 litros de água desperdiçada por dia;

Lembre-se que o equipamento sanitário da sua casa não é um cabide do lixo. Nunca deite cabelos, óleos, dissolventes ou produtos tóxicos para a rede de esgotos;

Não despeje os restos de comida e os óleos alimentares usados na lava-louça. Deite o óleo usado num garrafão de plástico e quando este estiver cheio entregue-o num ecocentro.

...nos espaços públicos

Informe-nos sobre qualquer anomalia nos sistemas de rega automáticos, utilizados nos espaços verdes públicos.

Em caso de roturas e obstruções na via pública, contacte-nos imediatamente através do número: 800 202 419



Plano para a eficiência
na utilização da Água

O futuro constrói-se gota a gota



Quinzena da Energia e do Ambiente Por um bom ambiente

Exposições, jogos ambientais lúdicos e didácticos, conferências, um peddy-paper e a realização do Triatlo do Ambiente foram algumas das iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, que desta forma se associou às celebrações do Dia Internacional da Biodiversidade, do Dia Nacional da Energia e dos dias mundiais do Ambiente e dos Oceanos. No ano que foi proclamado como Ano Internacional do Planeta Terra, o Município entendeu, assim, assinalar um conjunto de dias comemorativos relacionados com a defesa do Ambiente, através da promoção e divulgação de iniciativas tendo como objectivo principal informar, envolver e consciencializar para a promoção de uma cidadania ambiental activa.

Alunos do ensino secundário e superior foram, neste âmbito, convidados a participar num percurso interpretativo sobre biodiversidade, realizado no dia 28 de Maio, ao longo do corredor verde da Ribeira de Barcarena.

Entre 29 Maio e 8 Junho, no Centro Comercial Oeiras Parque, esteve patente a mostra 'Energia com mais Ambiente, em Oeiras'.

Nos dias 3 e 4 de Junho o Taguspark serviu de cenário à realização do 4.º Encontro da Rede Nacional de Agências de Energia.

'A Minha Casa Sustentável' foi o tema que serviu de mote à realização de jogos lúdicos e didácticos nos quais participaram, ao longo de três dias, em diversos locais do concelho, alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos de escolas do concelho.

O 1.º Fórum Participativo Oeiras 21+, o 3.º Peddy Paper Ambiental de Oeiras, as Eco-Conversas e o Triatlo do Ambiente, realizado no dia 8 de Junho, associado ao tema dos Oceanos e Preservação da Orla Ribeirinha, completaram o programa de actividades.

A OEINERGE aconselha

Adira à microprodução de electricidade

A microprodução é a produção de electricidade através de instalações de pequena potência, como por exemplo os consumidores domésticos, através da utilização de equipamentos fotovoltaicos e mini-eólicas.

A aplicação da produção de energia eléctrica, através da microprodução, destinada ao consumo, é regulada pelo Decreto-Lei 363/2007 de 2 de Novembro.

Na aquisição de equipamentos para utilização de energias renováveis beneficia de IVA de 12%, dedução à colecta de IRS de 30% desse investimento, poupa na sua factura energética, contribui para a redução das emissões de gases de efeito de estufa e para o combate às alterações climáticas.

Para mais informações consulte o site: <http://www.renovaveisnagora.pt>.



Encerramento do Programa de Educação Ambiental na Fábrica da Pólvora 1000 crianças celebraram o ambiente



Mil alunos, em representação de todas as escolas da rede pública, privada e de solidariedade social do concelho, estiveram, no passado dia 21 de Maio, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, onde participaram em variadíssimas actividades, tendo como pano de fundo a temática do Ambiente.

Um desfile ecológico de fatos feitos a partir de materiais reutilizados, uma animação teatral, um peddy paper, jogos ambientais e insufláveis animaram as centenas de crianças presentes na Sessão de Encerramento do Programa de Educação Ambiental (PEA) 2007/08, que assinalou o fim de mais um ano repleto de actividades ambientais nas escolas.

Destaque, neste âmbito, para a inauguração da exposição itinerante que dá a conhecer os trabalhos realizados durante o ano lectivo pelos alunos do concelho sobre a temática ambiental e ainda para a divulgação dos nomes das escolas premiadas nos concursos realizados no âmbito do PEA e entrega de prémios aos vencedores.

Refira-se que o PEA é desenvolvido desde o ano lectivo de 1994/95 por vários serviços da Câmara Municipal de Oeiras e dos SMAS de Oeiras e Amadora, com o principal objectivo de sensibilizar a população escolar para as questões relativas à defesa do Ambiente através da promoção de diversas actividades, acções de sensibilização, visitas de estudo, concursos, ateliers e comemorações, entre outras.



Reutilização do óleo alimentar usado

Oeiras já tem oleões

Simbolicamente, no Dia Mundial do Ambiente, começaram a ser colocados na via pública os primeiros oleões, de um total de 20, por todo o concelho.

A população de Oeiras passou, assim, a dispor de equipamentos adequados à deposição selectiva de óleos alimentares usados provenientes do sector doméstico, que posteriormente serão utilizados na produção de biodiesel.

Locais onde pode colocar o óleo alimentar usado:

- Av. das Túlipas, Miraflores;
- Praça Infante D. Pedro, Algés;
- Rua António Aleixo, Queluz de Baixo;
- Rua Odette Saint-Maurice, Tercena;
- Rua Numidico Bessone, Terrugem;
- Rua António Pires, Laveiras;
- Rua Clemente Vicente, Cruz Quebrada;
- Rua Cláudio Oliveira Bastos, Alto de Santa Catarina;
- Av. Carolina Michaelis, Linda-a-Velha;
- Largo Maria Lamas, Linda-a-Velha;
- Av. de Brasília, Figueirinha;
- Rua Prof. Egas Moniz, Quinta do Marquês;
- Mercado de Paço de Arcos;
- Rua António Roberto Alves, Bairro J. Pimenta;
- Rua do Comércio, Bairro Auto-Construção;
- Av. dos Descobrimentos, Porto Salvo;
- Mercado de Queijas;
- Rua Angra do Heroísmo, Queijas.



Bandeira certifica qualidade ambiental

Porto de Recreio ainda mais azul



Pelo segundo ano consecutivo, está hasteada no Porto de Recreio de Oeiras a Bandeira Azul, símbolo de qualidade e compromisso ambiental.

A Bandeira Azul é atribuída anualmente às praias e marinas que cumpram um conjunto de requisitos de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental.

Recorde-se que em 2007 o Porto de Recreio de Oeiras foi o único porto de recreio da costa Atlântica a receber este galardão.

Campanha de Educação Ambiental no Parque dos Poetas

Oeiras acolheu 'Cidades à volta do Mundo'



Perto de mil crianças de oito concelhos (Oeiras, Mafra, Maia, Paredes, Ourém, Valongo, Gaia e Castelo de Paiva) participaram, no passado dia 27 de Maio, na Campanha de Educação Ambiental 'Cidades à volta do Mundo', que decorreu no auditório ao ar-livre do Parque dos Poetas, em Oeiras.

Os pequenos participantes tiveram oportunidade de assistir e participar no concerto 'O Ritmo na Cidade', tendo por objectivo sensibilizar para a tomada de atitudes que possam contribuir para tornar o quotidiano nas cidades mais aprazível, divertido, limpo e colorido.

Água, Ar, Fogo, Terra e Poluição foram os cinco elementos que ser-

viram de inspiração para toda a música improvisada e cantada. O tema central deste evento foi o Planeta e o nosso comportamento face aos seus recursos, principalmente nas grandes cidades.

As protagonistas foram as crianças que, divididas por cinco grupos sonoros, utilizaram objectos/instrumentos feitos com materiais recicláveis (por exemplo, garrafas de plástico com pedras) que se somaram aos instrumentos trazidos pelo grupo de maestros, que teve como função, essencialmente, facilitar e estruturar a inspiração rítmica das crianças.

Promovida pela Dalkia / Veolia Environnement, esta iniciativa contou com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras.

Semana da Protecção Civil em Oeiras

Forças de segurança previnem e testam meios operacionais



‘Ser bombeiro’ ou ‘ser polícia’ continua a ser as primeiras respostas que muitas crianças dão, quando questionadas sobre o que querem ser quando crescerem. Durante uma semana, no final de Maio, centenas tiveram oportunidade de concretizar essa aspiração. Foi só por um bocadinho, e a brincar, mas valeu a pena.





O salvamento de um naufrago com recurso a um helicóptero da Força Aérea Portuguesa, em frente à praia da Torre, foi o momento alto de uma manhã durante a qual dezenas de crianças ficaram a conhecer os meios utilizados pelas forças de segurança e pelos agentes de protecção civil do concelho.

Antes, os mais pequenos já tinham sido convidados a assistir a uma demonstração realizada pelo grupo cinotécnico da Polícia de Segurança Pública, com cães de busca e salvamento, que também causaram sensação.

No âmbito da Semana da Protecção Civil, 38 escolas das dez freguesias do concelho receberam os Dias Abertos da Protecção Civil, incluindo exposição de meios, palestras sobre medidas de segurança e distribuição de folhetos.

Do programa desta iniciativa, cujo objectivo foi dar a conhecer à população a protecção civil, os meios de que dispõe e respectivos modos de actuação, destaque ainda para o simulacro de acidente de viação, seguido de incêndio, que teve lugar na Estrada Marginal.

Uma viatura cisterna que circulava no sentido Lisboa-Cascais 'colidiu' com três veículos ligeiros parados na faixa de rodagem, 'incendiando-se'. Em resultado do 'embate', uma das viaturas, desgovernada, 'atropelou' um peão e 'embateu' num edifício (do INA), 'incendiando-se' também. Ao local 'acorreram' as sete corporações de bombeiros do concelho, a Polícia Municipal e a PSP.

A Semana da Protecção Civil contou com a participação dos corpos de bombeiros do concelho, da Polícia Municipal, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Polícia Marítima, da Polícia Judiciária, do Instituto de Socorros a Náufragos, de Rádio Amadores e Escuteiros.



Abertura da época balnear na Piscina Oceânica

Um dia especial com crianças especiais



Actividades aquáticas, pinturas faciais, música e teatro, entre outras animações, fizeram parte do programa que marcou a abertura oficial da Piscina Oceânica de Oeiras, no passado dia 30 de Maio.

Tratou-se de um dia totalmente dedicado a crianças com necessidades especiais, utentes de instituições tão prestigiadas quanto a Sol, a Diferenças, a Cooperativa de S. Pedro, a Casa de Betânia, a Cerciam e o Centro Helen Keller.

Esta iniciativa, promovida pela empresa municipal Oeiras Viva, que gere a Piscina Oceânica, teve por objectivo proporcionar àquelas crianças um dia divertido e inesquecível, num local que reúne condições únicas para que possam usufruir de banhos em água salgada e até mesmo experimentar uma viagem de barco à vela.

Personalidades que há muito apoiam este tipo de iniciativas, como José Figueiras e Bibá Pitta, associaram-se à festa.

O Oeiras Parque, a Operação Nariz Vermelho e a Anima Lulu Zéze, com acções de animação, a Unilever/Jerónimo Martins, a Kellogg's e a McDonald's, através da oferta da alimentação e bebidas, apoiaram este evento, reconhecendo a importância crescente das actividades de responsabilidade social.





Piscina Oceânica

Preços mais baixos para famílias e idosos

Decorre até meados de Setembro a época banhar na Piscina Oceânica de Oeiras.

Este ano as principais novidades dizem respeito aos tarifários a praticar, com a introdução de tarifas diferenciadas para as épocas baixa, média e alta.

Foram, ainda, criadas condições de acesso mais favoráveis para as famílias, para os jovens e para os idosos.

O bilhete de entrada confere direito ao uso gratuito de espreguiçadeira com colchão e chapéu-de-sol.

A Piscina Oceânica registou, no ano passado, 59 792 entradas.

DIAS	1 DIA 09h30 às 20h	1/2 DIA 09h30 às 15h ou 15h às 20h	Fim de dia (18h às 20h)
ADULTOS			
Úteis	9,50 €	7,00 €	4,00 €
Sábado, Domingo, Feriado	12,50 €	9,00 €	5,00 €
CRIANÇAS (4 AOS 11 ANOS)			
Úteis	5,00 €	4,00 €	3,00 €
Sábado, Domingo, Feriado	6,50 €	5,00 €	3,50 €
JOVENS (12 AOS 16 ANOS)			
Úteis	6,00 €	5,00 €	3,00 €
Sábado, Domingo, Feriado	7,50 €	6,00 €	3,50 €
BILHETE SÉNIOR (2)			
Úteis	6,00 €	5,00 €	4,00 €
Sábado, Domingo, Feriado	8,00 €	6,00 €	4,50 €

BILHETE FAMÍLIA (Pais e Crianças) (3)								
DIAS	1 DIA 09h30 às 20h				1/2 DIA 09h30 às 15h ou 15h às 20h			
	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos
Úteis	25,00 €	27,00 €	29,00 €	30,00 €	20,00 €	21,00 €	22,00 €	23,00 €
Sábado, Domingo, Feriado	32,00 €	34,00 €	35,00 €	36,00 €	25,00 €	27,00 €	28,00 €	29,00 €

Grupos Pré-Marcados (+15) (4)		
Dias Úteis, com excepção do mês de Agosto		
Dias	1 DIA 09h30 às 20h	1/2 DIA 09h30 às 15h ou 15h às 20h
Crianças ← 12 anos	4,00 €	3,00 €
Crianças dos 12 aos 16 anos	6,00 €	5,00 €
Adultos → 16 anos	7,00 €	6,00 €

BILHETE SEMANAL (5)		
Dias	ADULTOS	CRIANÇAS
2ª a 6ª feira	42,50 €	22,00 €

Notas: (1) - Preços com IVA incluído à taxa legal em vigor; Época Alta - Julho, Agosto e sábados domingos e feriados de Junho ; Época Média - Dias úteis de Junho; Época Baixa - Setembro; (2) - Maiores de 65 Anos; (3) - Crianças com idade inferior a 16 anos e com comprovativo de parentesco; (4) - Marcação com antecedência mínima de 30 dias; (5) - Válido apenas na semana da aquisição



Bloco de Notas

Por Luís Vaz do Carmo | Jornalista lv_carmo@netcabo.pt

Solstício

A Natureza é assim. Mal começou o Verão, os dias tornaram-se mais pequenos. Acabaram-se as tardes até às dez da noite. Resta-nos o calor. Mas, se este não for estragado pelo vento, temos ainda muito a gozar. Nas esplanadas à beira-mar. Gozemos, pois, as esplanadas do Concelho...

Injustiça

No Verão, os fumadores sentem-se ainda mais discriminados. Depois de terem passado o Inverno à chuva e ao frio, os amantes do cigarro vêem agora as "suas" esplanadas ocupadas por não-fumadores. Uma injustiça...

Oeiras Alive

Baptizar um festival de música com o nome de uma marca comercial é um artifício que não resulta. A prova é que o festival "Oeiras Alive" (e não "Optimus Alive") já é referenciado, pela imprensa internacional, como um grande acontecimento musical a nível europeu. E é a marca "Oeiras" que apanha a boleia...

Frustração

Das três praias do Concelho apenas uma tem bandeira azul (a da Torre). As outras duas (Santo Amaro e Paço de Arcos) não passam de "areais". Porquê? Porque as ribeiras que atravessam o Concelho continuam a transportar esgotos para as praias.

Não será um tanto frustrante, depois do dinheiro que se gastou com o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril?

Barulho

Por imposição de Bruxelas, as autarquias vão ser obrigadas a elaborar planos municipais para a redução do ruído. É uma boa ideia. Só é pena não haver uma maneira de reduzir o ruído produzido pelos automóveis que passam na minha rua. Era uma pacata rua de bairro que entretanto se transformou numa barulhenta "auto-estrada". A história da minha rua é igual à de muitas outras ruas.

C02

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os novos edifícios vão ter um certificado de eficiência energética, à semelhança do que acontece actualmente com os electrodomésticos. As casas distribuem-se por sete níveis de eficiência (da letra A à G). O problema é que, actualmente, existem apenas 200 técnicos habilitados a mediar a qualidade do ar e os gastos de energia das habitações. Par garantir o cumprimento das novas regras serão precisos 2000 especialistas.

Indisciplina

Quando o ano lectivo se aproxima do fim, o clima de indisciplina nas escolas atinge temperaturas muito elevadas. As férias servem, entre outras coisas, para resfriar os ânimos. Como já defendi, seria útil realizar um estudo sobre a indisciplina nas escolas do Concelho e, depois, estudar medidas preventivas, como a sensibilização dos pais e da comunidade.

ADO

A Associação Desportiva de Oeiras regressou à primeira divisão nacional de hóquei em patins, de onde nunca devia ter saído, dado o prestígio do clube na modalidade. Estão de parabéns jogadores, técnicos e dirigentes. Agora, é proibido voltar a descer...

Secretário de Estado visita Cooperativa de São Pedro



O secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, deslocou-se, em Junho, a Barcarena, onde presidiu à cerimónia de inauguração de uma nova ala da Cooperativa de São Pedro.

Durante a visita, acompanhada pelo presidente da Câmara, Isaltino Morais, o secretário de Estado ficou a conhecer melhor o trabalho desenvolvido por aquela instituição que acolhe crianças, jovens e adultos portadores de deficiência.



Rastreios e prevenção

Bate, bate, coração

Com o objectivo de sensibilizar a população para a prevenção das doenças cardiovasculares, a Câmara Municipal de Oeiras, em parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, realizou diversas acções de rastreio e informação, integradas na campanha 'Maio – Mês do Coração'.

As acções decorreram em cinco freguesias do concelho, consistindo em avaliações individuais dos níveis de colesterol total no sangue, tensão arterial, cálculo do índice de massa corporal, perímetro abdominal e aconselhamento nutricional.

Na Estação dos Navegantes do SATU também teve lugar, em Maio, iniciativa semelhante – rastreios cardiovasculares, com medição da tensão arterial e colesterol.

A acção, realizada por técnicos da Benecol com a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras, decorreu no interior da referida estação, aberta a qualquer pessoa que viajasse no SATU.



Oeiras promove igualdade de oportunidades

Praia de Santo Amaro é 'Praia Acessível'

Nos meses de Julho e Agosto, o Projecto Praia Acessível volta a disponibilizar, gratuitamente, na praia de Santo Amaro de Oeiras, cadeiras de praia anfíbias e outros equipamentos de apoio à mobilidade que visam facilitar o acesso dos cidadãos com deficiência ou incapacidade à praia e aos banhos de mar.

A utilização destes meios está prevista para crianças e adultos, através das instituições que frequentam ou a título particular. À semelhança dos anos anteriores, a acção decorrerá diariamente entre as 9.30h. e as 13.00h., junto ao Bar 'O Amarelo'.

As instituições poderão fazer a sua inscrição junto da Divisão de Acção Social, Saúde e Juventude da Câmara Municipal de Oeiras, através do telefone 214 408 506. Os particulares podem contactar directamente a equipa de apoio presente na praia durante o horário de funcionamento.

Refira-se que, de modo a promover a igualdade de oportunidades para as pessoas com mobilidade condicionada, a Autarquia, em parceria com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras e com a Cooperativa de São Pedro de Barcarena, desenvolve o Projecto Praia Acessível desde 2005.



Mais 10 famílias recebem casas novas

Dez famílias do concelho com necessidades habitacionais receberam, no passado dia 12 de Junho, as chaves das suas novas habitações, numa cerimónia onde teve também lugar a assinatura dos respectivos contratos de arrendamento.

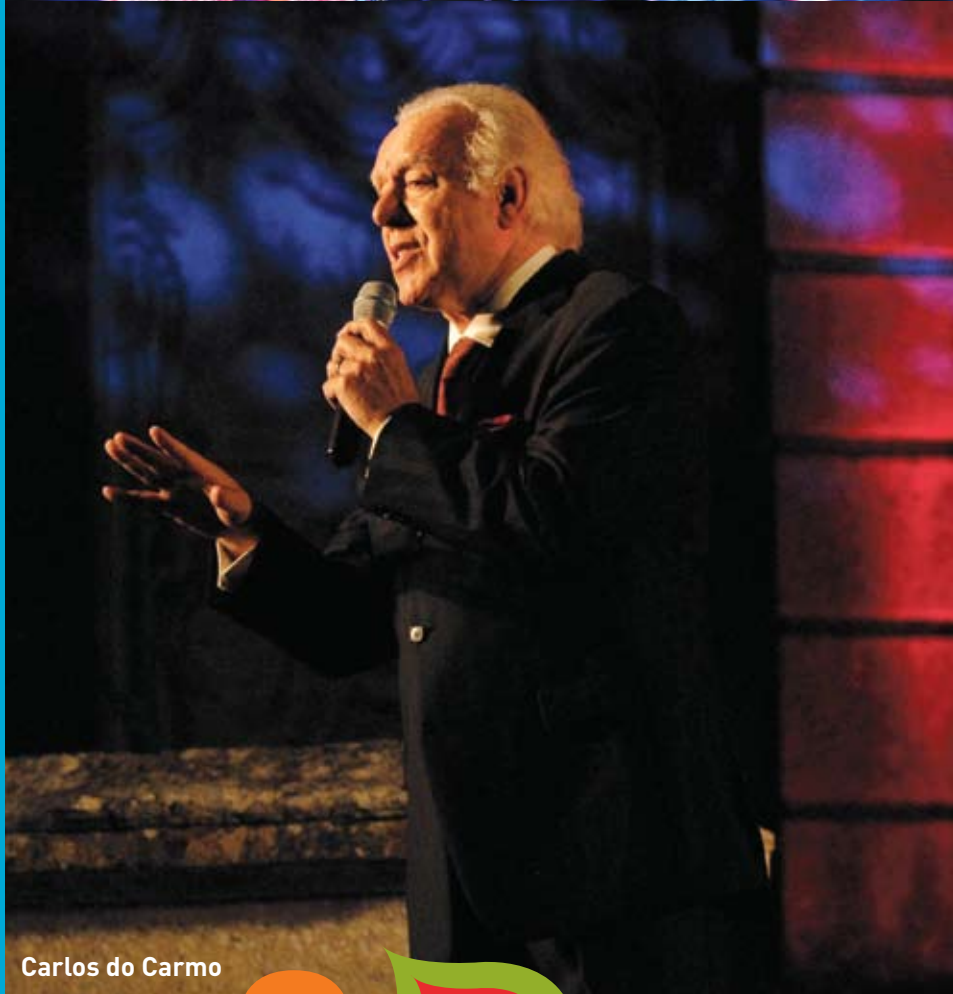
Os fogos atribuídos estão localizados nos empreendimentos dos Navegadores, Ribeira da Lage, Bugio, Caxias, Pombal, Encosta da Portela, Outurela e Pátio dos Cavaleiros.



Clã



José Cid



Carlos do Carmo



Da Weasel





Fernando Tordo & Stardust Orchestra



Mila Ferreira



Tabanka D'Jazz



Verdes Anos



O Espírito da Poesia



XIV Noite de Tunas de Oeiras





Desfile de Marchas Populares



Feira de Oeiras





Campeonato Nacional de Jet Ski



Giravolei



DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

SESSÃO ORDINÁRIA N.º 2/2008 | 3.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE MAIO | MINUTA DE PARTE DA ACTA

Deliberação n.º 39/2008

Proposta CMO n.º 450/08 – Segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimento

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e cinquenta barra zero oito, a que se refere a deliberação número dezasseis da Reunião da Câmara Municipal, realizada em sete de Maio de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo treze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, três do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimento, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 40/2008

Proposta CMO n.º 403/08 – Concurso público para concepção/construção e aquisição de fogos em regime de CDH, a edificar em terrenos municipais sitos em Laceda e Tercena

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e três barra zero oito, a que se refere a deliberação número vinte e quatro da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Abril de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a aquisição de fogos de habitação a custos controlados a edificar ao abrigo dos CDH e alienação das parcelas sitas respectivamente em Leceia e Tercena, a integrar o domínio privado através de cedências a promover no âmbito dos processos de loteamento números duzentos e vinte e quatro, de dois mil e sete, de dois mil e quatro, para construção dos referidos CDH, bem como a isenção do pagamento de taxas municipais, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 41/2008

Proposta CMO n.º 461/08 – Aditamento à proposta de deliberação n.º 403/08, aprovada a 23/04/08, referente ao CDH de Tercena e Leceia, freguesia de Barcarena

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e sessenta e um barra zero oito, a que se refere a deliberação número setenta e seis da Reunião da Câmara Municipal, realizada em sete de Maio de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e oito votos

a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar o aditamento à proposta de deliberação número quatrocentos e três, de dois mil e oito, aprovada a vinte e três de Abril de dois mil e oito, referente ao CDH de Tercena e Leceia, Freguesia de Barcarena, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 42/2008

Proposta CMO n.º 448/08 – Cedência em regime de comodato de duas parcelas de terreno municipais, a favor da Fundação Pão de Açúcar - Auchan

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e quarenta e oito barra zero oito, a que se refere a deliberação número sessenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal, realizada em sete de Maio de dois mil e oito e deliberou por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, seis do Partido Social Democrata, quatro do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções do Bloco de Esquerda, aprovar a cedência, em regime de comodato, pelo prazo de vinte e um anos, de duas parcelas de terreno municipais, a favor da Fundação Pão de Açúcar - Auchan, bem como autorizar a desafecção da parcela de terreno integrada no domínio público do Município de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.

Deliberação n.º 43/2008

Proposta CMO n.º 53/08 – Plano Estratégico “Habitar Oeiras”

A Assembleia Municipal de Oeiras apenas tomou conhecimento e debateu a proposta número cinquenta e três barra zero oito, a que se refere a deliberação número dezanove da Reunião da Câmara Municipal, realizada em treze de Fevereiro de dois mil e oito e porquanto deliberou por maioria com trinta e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata e seis do Partido Socialista e cinco votos a favor, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, não aprovar a proposta para votação do Plano Estratégico “Habitar Oeiras” e tão só apreciá-lo.

Deliberação n.º 44/2008

Proposta CMO n.º 177/08 – Programa de Habitação Jovem – Aquisição de edifício n.º 126/132, da Rua Costa Pinto – Reformulação da proposta de deliberação n.º 1186/07.

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e setenta e sete barra zero oito, a que se refere a deliberação número quinze da Reunião da Câmara

Municipal, realizada em doze de Março de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, três do Partido Socialista, dois da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, autorizar a aquisição do edifício correspondente aos números cento e vinte e seis /cento e trinta e dois, da Rua Costa Pinto, em Paço de Arcos, para efeitos de implementação do Programa de Habitação Jovem, pelo valor de trezentos e cinquenta mil euros e respectiva reformulação da proposta de deliberação número mil cento e oitenta e seis, de dois mil e sete, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 45/2008

Proposta CMO n.º 205/08 – Reqt.º n.º 2035/08 – Proc.º 1741/90 – (4.º vol) – Licenciamento do processo – Cedências de terrenos à Misericórdia de Oeiras

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e cinco barra zero oito, a que se refere a deliberação número quarenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal, realizada em doze de Março de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, três do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a cedência à Misericórdia de Oeiras de um terreno com cento e sessenta e cinco vírgula sessenta metros quadrados, destinado à edificação de setenta e cinco metros quadrados de serviços, avaliado pela Comissão Municipal de Avaliações, em dezanove mil duzentos e noventa euros e quinze centimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 46/2008

Proposta CMO n.º 255/08 – Actualização das participações para obras gerais de reforço de abastecimento de água para 2008 – SMAS

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e cinquenta e cinco barra zero oito, a que se refere a deliberação número trinta e dois da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e seis de Março de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, três do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a Actualização das Participações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para dois mil oito - SMAS, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 47/2008

Proposta CMO n.º 316/08 – Desafecção da área do domínio público municipal situada no gaveto da Rua Fontes Pereira de Melo, em Linda-a-Velha, e posterior alienação à Urban Art – Empreendimentos Imobiliários, SA

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e dezasseis barra zero oito, a que se refere a deliberação número quarenta e oito da Reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Abril de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata, três do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a desafecção da área do domínio público municipal, correspondente a quarenta e três vírgula trinta metros quadrados, situada no gaveto da Rua Fontes Pereira de Melo, em Linda-a-Velha e posterior alienação à Urban Art - Empreendimentos Imobiliários, Sociedade Anónima, pelo valor de dezanove mil quatrocentos e vinte e três euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 48/2008

Proposta CMO n.º 324/08 – Alteração dos art.ºs 84.º e seguintes do Regulamento de Abastecimento de Água – Lei n.º 12/08, de 26 de Fevereiro

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e vinte e quatro barra zero oito, a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da Reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Abril de dois mil e oito, que ratificou a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, de dois de Abril último e deliberou por maioria com vinte votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e cinco do Partido Socialista e com dez abstenções, sendo sete do Partido Social Democrata e três da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra do Bloco de Esquerda, aprovar alteração dos artigos octogésimo quarto e seguintes do Regulamento de Abastecimento de Água – Lei número doze, de dois mil e oito, de vinte e seis de Fevereiro, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 49/2008

Proposta CMO n.º 343/08 – Isenção do pagamento de taxas para a realização das Festas em Honra de N.ª Sr.ª da Conceição da Rocha

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e quarenta e três barra zero oito, a que se refere a deliberação número vinte e sete da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Abril de dois mil e oito e

deliberou por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, sete do Partido Social Democrata, cinco do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a Isenção do Pagamento de Taxas para a realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 50/2008

Proposta CMO n.º 344/08 – Isenção do pagamento da taxa de ocupação da via pública para a realização de uma venda destinada a angariar fundos para uma ida à Itália, pelo Agrupamento de Escuteiros 407

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e quarenta e quatro barra zero oito, a que se refere a deliberação número vinte e oito da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Abril de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, sete do Partido Social Democrata, cinco do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção do pagamento da taxa de ocupação de via pública para a realização de uma venda destinada a angariar fundos para uma ida à Itália, pelo Agrupamento de Escuteiros Quatrocentos e Sete, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 51/2008

Proposta CMO n.º 345/08 – Desafectação do domínio público e integração no domínio privado do Município de uma parcela de terreno situada em Algés – Aditamento

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e quarenta e cinco barra zero oito, a que se refere a deliberação número vinte e nove da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Abril de dois mil e oito e deliberou por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, sete do Partido Social Democrata, cinco do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a desafectação do domínio público e integração no domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de setenta e um vírgula quarenta metros quadrados, situada em Algés, a qual confronta a Norte com Polícvil, Limitada e logradouro do prédio sito na Rua Ernesto da Silva, sessenta e sete, a Sul com logradouro do prédio sito na Rua de Olivença, nove, a Nascente com logradouro do prédio sito na Rua de Olivença, onze e a Poente com Polícvil, Limitada, a qual se destina a ser alienada à empresa Polícvil – Urbanização, Construção e Administração de Prédios, Limitada. A

referida parcela será desanexada da área cedida para o domínio público, que se encontra identificada na Segunda CRPO sob a ficha dois mil e sessenta e sete, da Freguesia de Carnaxide, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Deliberação n.º 52/2008

Proposta CMO n.º 375/08 – Aquisição de 32 fracções, destinadas a habitação, no empreendimento do Alto dos Barrinhos, freguesia de Carnaxide, construído em regime de Contrato de Desenvolvimento para Habitação – III Fase

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e setenta e cinco barra zero oito, a que se refere a deliberação número cinquenta e nove da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Abril de dois mil e oito e deliberou por maioria com vinte e nove votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, seis do Partido Social Democrata, quatro do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções do Bloco de Esquerda, autorizar a aquisição de trinta e dois fogos, pelo preço de dois milhões duzentos e dezasseis mil duzentos e sessenta e oito euros, destinados a arrendamento, no empreendimento sito no Alto dos Barrinhos, Freguesia de Carnaxide, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Obras isentas de licença – Ausência de controlo prévio



Com a entrada em vigor, no dia 3 Março, do novo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, várias são as situações que se colocam aos Serviços Municipais no que respeita às obras isentas de licença. De forma a poderem ser esclarecidos os particulares, quer nas pretensões apresentadas quer nas questões que os mesmos colocam, foi produzido este documento, o qual pretende clarificar alguns desses aspectos.

Esta informação pretende alertar para as consequências que resultarão quer para os particulares quer para a Câmara Municipal se se cumprir exactamente aquilo que a lei parece determinar. Pretende igualmente produzir alguma

argumentação que poderá levar a Câmara Municipal a decidir orientar os particulares e os serviços num sentido diferente daquele que resulta directamente duma leitura do RJUE, desligada de outra legislação específica não revogada.

Não podemos partir do princípio de que o legislador quis criar uma anarquia na edificação quando legislou da forma que todos conhecemos.

São, como se sabe, diversas as posições públicas assumidas por diferentes intervenientes sobre esta matéria, cada um deles versando pontos específicos que mais preocupam os organismos que representam.



A posição dos intervenientes nesta área | Sobre esta questão em particular certamente que haverá diferentes posições conforme o interveniente, mas todos eles, principalmente os que mais directamente intervêm na obra, são particularmente críticos a esta parte do diploma, augurando consequências graves em termos de segurança nesta opção legislativa.

A Ordem dos Engenheiros, numa intervenção televisiva relativamente recente, afirmou que a realização de qualquer obra num edifício pode alterar a estrutura da estabilidade. Não havendo profissionais qualificados (Técnicos) que obrigatoriamente tenham que intervir na avaliação dessa situação antes da decisão, não se compreende como poderá ser feita nem os riscos que a mesma terá.

A Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas questiona a forma como poderão ser executadas obras nos edifícios sem qualquer controlo prévio por parte das Câmaras Municipais e por profissionais que ninguém pode garantir a sua qualificação. Fala nas questões associadas às alterações e renovações das redes de gás e electricidade que, podendo não alterar a estrutura, podem comprometer decisivamente a segurança do edifício, por falta de acompanhamento técnico adequado, que a lei não exige (in 'Público', 14 de Maio de 2008).

Os municípios, a uma euforia inicial, provocada pela publicidade que foi feita do novo regime – toda ela orientada para combater a burocracia que as Câmaras Municipais e seus serviços criam – seguiu-se um processo de consulta verbal às Câmaras Municipais, no sentido de saberem o que devem fazer para executar determinadas obras.

Quanto às Câmaras Municipais, certamente que neste momento estão

preocupadas com os problemas que lhes começam a ser colocados e para os quais não têm, à partida, solução e até têm receio de se pronunciar em determinado sentido, pois correm o risco de serem acusadas de estar a boicotar o programa de Simplificação da Administração Pública (Simplex).

Análise da questão | Dispõe-se na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE, que estão isentas de licença:

“As obras de alteração no interior de edifícios ou suas fracções, à excepção dos imóveis classificados ou em vias de classificação, que não impliquem modificações na estrutura de estabilidade, das cérceas, da forma das fachadas e da forma dos telhados”.

De acordo com o n.º 3 do mesmo preceito, estas obras não estão sujeitas a qualquer controlo prévio.

Na versão anterior deste diploma, que comportava três tipos de procedimento no controlo prévio das operações urbanísticas, estas obras estavam sujeitas a comunicação prévia. Quer isto dizer que não poderiam ser executadas sem que a Câmara Municipal avaliasse o seu impacto e enquadramento. Claro está que, mesmo nesse tipo de controlo prévio, decorrido determinado prazo, o particular podia executar essas obras.

Já nessa altura se havia estranhado o facto de o legislador apenas achar determinante para optar por este tipo de controlo prévio, não haver modificações na estrutura, cérceas, forma das fachadas e dos telhados quando existem outros indicadores cuja importância é pelo menos de idêntico valor.

Na actual versão e que agora entrou em vigor, deixou de existir qualquer controlo prévio sobre a realização daquele tipo de obras.

Nada de anormal se passaria se houvesse a garantia de que o particular dispusesse, de forma obrigatória, de técnicos que atestassem a verificação daqueles parâmetros para então concluírem se essas obras estavam ou não isentas de controlo prévio.

Ora o que acontece é que é o particular que decide se tais obras afectam ou não a estrutura da estabilidade do imóvel, a forma do telhado, a forma da fachada ou a cércea.

A avaliar pela discussão havida com um dos ‘autores’ da lei, quando em Óbidos, num seminário em que estiveram presentes vários técnicos e dirigentes da CMO, sobre o que se entendia por alterar a fachada, não tenho dúvidas sobre as questões que se irão pôr quando os interlocutores forem os cidadãos comuns.

Não existem dúvidas de que a grande maioria dos particulares são pessoas sensatas e por isso aconselhar-se-ão com profissionais habilitados. Mas também não existem dúvidas de que muitos não o farão. Nem se diga também que a Câmara Municipal nada tem a ver com isso, pois os eventuais problemas que se ponham são do foro particular e por isso é entre particulares que devem ser resolvidos, por recurso às vias que os mesmos têm disponíveis, incluindo

as judiciais.

Também não pode pretender-se que a Câmara Municipal tenha um fiscal em cada prédio para poder aferir em fiscalização sucessiva, da regularidade de execução dessas obras. Aliás, sem projectos seria difícil fiscalizar.

Por isso e tanto quanto me parece, houve aqui uma precipitação por parte de quem legislou que, na fobia de desburocratizar, vai acabar por criar situações que com um controlo prévio de natureza leve, como o que existia, se poderiam evitar.

Aqui o que se passa é que é o particular que decide, sem a obrigatoriedade de intervenção de qualquer técnico, se as obras que quer fazer alteram ou não determinadas características que a sujeitariam ou não a controlo prévio.



Os casos concretos | Analisando questões concretas que se começam já a pôr, quer nos estabelecimentos quer nas habitações:

Imagine-se que um particular pretende executar obras de remodelação do seu apartamento que à partida e sem grandes considerandos ou análises, se enquadravam naquelas. Imagine-se, pois é vulgar que se pretendam deslocar as instalações sanitárias de um local para outro – estas obras estão isentas de qualquer controlo prévio. Podem ser executadas pura e simplesmente, na leitura ligeira da lei.

No futuro, problemas de salubridade, provocados por eventuais obras desta natureza dificilmente poderão ser diagnosticados pois os projectos camarários não conterão qualquer informação a este respeito, precisamente porque os particulares podem fazer este tipo de obras sem qualquer controlo prévio.

Aliás, o problema pode ainda agravar-se se, após a realização das obras o apartamento for vendido. Aí o novo proprietário não tem forma de saber por exemplo onde passam as canalizações de água e esgotos mas na Câmara Municipal também ninguém poderá fornecer essa informação. É fácil verificar que a confusão fica instalada. Quanto a esta parte das obras que implicam alterações nas redes de distribuição e de que as de águas, esgotos e gás são as mais críticas, o diploma não as considerou, erradamente digo eu, como excepções a esta definição de isenção de controlo prévio. Por outro lado, obrigou a controlo prévio, a execução de piscinas associadas à

construção principal e que, em princípio, nada terão a ver com a estrutura da estabilidade da edificação. Será que a preocupação da construção das piscinas não tem precisamente a ver com as redes que necessariamente as têm de abastecer e para onde drenam? Ou será que tem apenas a ver com a dimensão e impermeabilização do solo? Mas se assim fosse então não se compreendia que os anexos estivessem dispensados de controlo prévio.

Na anterior redacção deste preceito, a existência de controlo prévio ainda que ao nível mais baixo, comunicação prévia, permitia aos serviços alertarem para estas situações e nalguns casos, para a necessidade de ser seguido outro procedimento.

Na actual redacção nada disso acontece, pois o particular não tem que comunicar nada à Câmara Municipal, é ele que decide se o pedido se enquadra ou não na isenção de controlo.

A interferência com legislação especial | Esta situação de isenção de controlo prévio nas obras no interior dos edifícios, principalmente quando tenham interferência com as diversas redes instaladas e que são abastecidas das redes públicas, levanta outro tipo de questões resultantes da contradição com legislação especial em vigor, para a generalidade das redes.

Embora facilmente generalizável vamos apenas analisar as redes de águas e esgotos, começando com uma pergunta. ComopodemServiçosMunicipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) manter o cadastro das redes prediais de águas e esgotos se os particulares estiverem dispensados de qualquer obrigatoriedade de comunicação quando os alteram?

Comopodemmanteressecadastroaque estão obrigados, nos termos dos artigos 83.º e 201.º do Decreto-Regulamentar n.º 23/1995 de 23 de Agosto (Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais) posteriormente regulamentado pela Câmara Municipal? A alteração das redes de águas e esgotos está sujeita, nos termos daquele diploma, a prévia concordância da entidade gestora, neste caso, SMAS.

A entidade gestora, por norma, dá o seu acordo ou não, através da aprovação dos projectos de especialidade que lhe são apresentados.

No actual RJUE, a apresentação de projectos da engenharia de especialidades, quaisquer que eles sejam, apenas é admitida, nos procedimentos de licença ou comunicação prévia.

Assim sendo, a execução de obras que, pela sua natureza, obrigue à apresentação de projectos da engenharia de especialidades, terá de se encontrar sujeita a um daqueles dois procedimentos, licença ou comunicação prévia.

Isto que se passa para as redes de águas e de esgotos passa-se para a generalidade das redes de

abastecimento sendo certo que estas, em paralelo com as redes de gás são as que mais directamente nos permitem perceber a natureza do problema que está colocado.

Ainda sobre esta questão convém referir que, apesar do diploma em análise referir que os projectos de engenharia de especialidades estão dispensados de apreciação prévia, desde que acompanhados do termo de responsabilidade de técnico inscrito em Associação Pública Profissional (n.º 8 do artigo 20.º do RJUE), a verdade é que no n.º 7 do artigo 13.º do RJUE remete para diploma próprio a publicar, a indicação sobre quais desses projectos carecem de consulta, parecer ou aprovação de outras entidades.

Ora esse diploma ainda não foi publicado e por isso, neste momento não conhecemos quais os projectos da engenharia de especialidades que devem obter parecer ou aprovação de outras entidades mas que vão existir, disso não restam dúvidas.

Estou certo que entre esses projectos estarão provavelmente aqueles que, mesmo na ausência do diploma que os enumere, tenham interferência com o funcionamento das redes públicas e bem como com a segurança contra incêndios, pois só assim se tornaria coerente o texto do RJUE com as legislações específicas de cada especialidade que o mesmo não revogou.

O exemplo que tenho vindo a citar das redes prediais de águas e esgotos é apenas um entre outros e que propositadamente escolhi, pois mais facilmente se percebem as suas consequências.

Por tudo o que antes refiro, não me custa concluir que o legislador não quis isentar de controlo prévio obras que, pela sua natureza, tenham interferência directa nas redes públicas de águas, esgotos e gás entre outras.

A interferência no funcionamento das redes na rede pública | A alteração de partes das redes internas de águas, esgotos, gás e outras, na medida em que se encontram, quando em funcionamento, ligadas a sistemas gerais – as redes públicas, parece evidente que terão influência na forma como essas redes públicas se comportam. Então o que está em causa não é apenas a realização de uma pequena obra de deslocação de uma torneira, mas sim todo um sistema que é directamente afectado pela ligação de mais um dispositivo.

Ora quem gere esse sistema público



tem de conhecer o que se passa nos subsistemas ainda que privados, que podem interferir com o seu funcionamento.

Alterar a instalação da rede de águas ou esgotos numa fracção ou num edifício, será que não altera a estrutura da estabilidade, como agora o legislador lhe chamou?

A alteração da estrutura de estabilidade | Vamos de novo colocarmos na alteração das redes de águas e esgotos mas que facilmente poderíamos estender a outras redes.

Como se sabe, as redes de esgotos nos edifícios, são instaladas a partir de prumadas comuns para o interior das respectivas fracções, pelo pavimento.

A instalação nos pavimentos de tubagem de dimensões consideráveis, na data da construção é vulgar, pois é integrada nas próprias lajes da estrutura.

Quando alguém pretenda fazer a mesma coisa, num momento posterior, isto é, colocar tubagens de dimensões idênticas noutro local, vai ter que partir essa laje.

Será que essa acção não altera a estrutura de estabilidade do imóvel? É certo que cada caso é um caso mas certamente em mais de 90% dos mesmos altera.

Por isso, quer-me parecer que a alteração das redes de águas e esgotos, entre outras, nos edifícios, altera a estrutura da estabilidade e por isso não está dispensada de controlo prévio.

Conclusões | Colocada a questão na sua generalidade, sou de opinião que a Câmara Municipal deve, através dos seus serviços, informar os munícipes daquilo que será a sua posição quanto a estas questões. É certo que apenas pode informar e não obrigar, pois os particulares poderão, sem qualquer interferência da Câmara Municipal fazer obras que eles próprios entendam estarem isentas de qualquer controlo prévio e por isso nada terão que dizer. As únicas situações em que poderá haver a imposição da Câmara Municipal são aquelas que, após as obras, o particular necessite de licenciar a exploração da actividade, como é o caso da restauração e bebidas, alguns serviços, comércio alimentar, entre outros. Nestas situações a Câmara Municipal pode impor o seu entendimento sobre esta matéria.

Proponho por isso que seja assumida a seguinte posição de princípio, quanto ao problema colocado:

Estando a alteração das redes prediais

de águas e esgotos sujeita a aprovação da entidade gestora da respectiva rede, efectuada através da aprovação prévia dos correspondentes projectos; Não prevendo o RJUE que sejam entregues projectos de alterações a estas e outras redes, a não ser em situações sujeitas ao procedimento de licença ou comunicação prévia; Não existindo grandes dúvidas de que a alteração das redes prediais, principalmente de esgotos alteram na generalidade dos casos, a estrutura da estabilidade dos edifícios;

A Câmara Municipal entende que as obras em que se preveja alterar as redes de águas e esgotos deve, pelas razões antes referidas, ficar sujeita a licença nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º ou a comunicação prévia nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE, por força do n.º 3 do mesmo preceito.

A sujeição a licença ou comunicação prévia deste tipo de obras, permite dar resposta a todas as questões que os diferentes grupos profissionais, a que no início me referi, colocaram e que se resumem à necessidade de existirem obrigatoriamente técnicos da área a avaliar as situações e profissionais qualificados a executar as obras.

Por José Pereira Fernandes | Chefe da DLAAE/CMO

Os projectos da engenharia de especialidades e o novo RJUE



O novo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, veio admitir que existem projectos da engenharia de especialidades que carecem de parecer de entidades exteriores ao município. O texto que abaixo se publica aborda essa questão, clarificando os prazos que a Câmara Municipal dispõe para rejeitar as comunicações prévias efectuadas.

Os projectos da engenharia de especialidades no procedimento de comunicação prévia | Desde a entrada em vigor do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) em finais de 2001, depois de diversas suspensões e alterações, que se tem questionado o estatuto dos projectos da engenharia de especialidades, no âmbito do processo da edificação a que os mesmos acabam por dar corpo e suportar.

Tem havido quem entenda que tais projectos são meros complementos do projecto de arquitectura onde tudo está definido e por isso, dando-lhes razão, o legislador entendeu que não

careciam de verificação por parte dos serviços municipais, pois os técnicos autores inscritos em Associação Pública Profissional garantiam através do respectivo termo de responsabilidade, o cumprimento, na elaboração dos mesmos, das normas legais e regulamentares. Por outro lado, outros têm entendido que, apesar do termo de responsabilidade, alguns devem ser sujeitos a pareceres ou aprovações de outras entidades que superintendem em áreas técnicas específicas. Está, nesta situação, a dar-se aos projectos da engenharia de especialidades o mesmo tratamento que se tem dado aos de arquitectura que, apesar de incluírem o termo de responsabilidade garantido cumprimento das normas legais e regulamentares, nem por isso deixa de ser sujeito à apreciação / verificação dos serviços municipais.

O novo RJUE, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, e que entrou em vigor em Março, veio finalmente admitir que existem projectos da engenharia de especialidades que carecem de aprovação de entidades exteriores ao Município, muito embora tenha remetido para diploma próprio a enumeração de quais.

Esta questão, embora pareça de importância diminuta e até irrelevante a verdade é que, o facto de haver necessidade de obter pareceres ou aprovações de entidades exteriores ao Município, ainda que no âmbito dos projectos da engenharia de especialidades faz, nos termos do artigo 36.º do RJUE, aumentar para 60 dias o prazo para o Presidente da Câmara Municipal poder rejeitar a comunicação prévia.

Claro está, que o particular pode sempre fazer o prazo reduzir-se ao mínimo, isto é, 20 dias, desde que previamente obtenha as aprovações sobre esses projectos das entidades que sobre os mesmos têm que se pronunciar e as junte com os mesmos ao requerimento inicial.

Em conclusão, direi sobre este ponto:

Os projectos da engenharia de especialidades que carecem de pareceres ou aprovações de entidades exteriores ao Município dilatam o prazo para rejeição da comunicação prévia para 60 dias.

Caso o requerente obtenha previamente esses pareceres ou aprovações, nos termos do artigo 13.º-B do RJUE e os junte ao pedido inicial o prazo mantém-se em 20 dias para poder ser rejeitada a comunicação prévia.

Os projectos que carecem de parecer/aprovação de entidades externas | O novo RJUE, como se disse no primeiro ponto, veio estabelecer, pela primeira vez, que existem projectos da engenharia de especialidades que carecem de parecer / aprovação de entidades externas e (internas?). Veio igualmente estabelecer que esses projectos serão fixados em diploma próprio (n.º 7 do artigo. 13.º do RJUE).

Este preceito, se bem que ainda não totalmente regulamentado, veio no fundo dar cobertura legal aos procedimentos

em vigor, a coberto de outros diplomas específicos e que o RJUE não revogou e que têm permitido que certas entidades aprovem ou emitam parecer sobre determinados projectos.

Estão nesta situação, pelo menos: projectos de redes prediais de águas, projectos de redes prediais de esgotos, projectos de instalação eléctrica, projectos de telecomunicações, projectos de redes de gás, projectos de segurança contra incêndios.

Quero com isto dizer, que existe legislação específica que determina a aprovação por determinadas entidades exteriores ao Município destes projectos da engenharia de especialidades que o RJUE não revogou, antes pelo contrário, pela primeira vez veio admitir.

Já na anterior versão do RJUE este problema se punha, se bem que os particulares sempre optaram por submeter os respectivos projectos da engenharia de especialidades a parecer ou aprovação das entidades, que legalmente têm essa atribuição.

Estou certo que, se o não fizessem, essas entidades certamente não lhes prestariam os serviços a que a execução desses projectos confere o direito de usufruir (água, gás, electricidade, etc.).

Actualmente e enquanto não for publicado o diploma de que fala o n.º 7 do artigo 13.º do RJUE, parece-me que a situação existente deve ser mantida, isto é, os projectos da engenharia de especialidades devem continuar a ser submetidos a aprovação das entidades que têm a incumbência legal de os aprovar.

Aliás, a haver alteração nesse domínio, ela só poderá ocorrer através do diploma que será publicado e que refiro no parágrafo anterior.

Não tenho grandes dúvidas de que os projectos que o legislador incluirá no tal diploma próprio, são aqueles que de algum modo têm interferência com redes públicas de fornecimento de serviços.

É que esses, faz todo o sentido que sejam avaliados, pois o que está em causa é todo o funcionamento de um sistema e não apenas uma fracção desligada de tudo. Todos compreendem que a inclusão de um novo consumidor numa rede pública, mesmo com todos os níveis de protecção que por norma os edifícios já possuem, tem interferência directa no funcionamento dessa rede.

Por isso, o que está em causa, nesta situação de avaliação destes projectos da engenharia de especialidades, também é o interesse público de todos os que se encontram ligados a essa rede.

Em conclusão:

Parece-me que os projectos da engenharia de especialidades devem continuar a ser submetidos a parecer / aprovação das entidades que sobre os mesmos têm competência legal para o fazer, até à publicação do diploma a que se refere o n.º 7 do artigo 13.º do RJUE.

A forma como os projectos da engenharia de especialidades devem ser apresentados na Câmara Municipal | Os projectos da engenharia

de especialidades devem ser entregues na Câmara Municipal, acompanhados de dois documentos, tenham eles sido ou não aprovados previamente por outras entidades:

Termo de responsabilidade do autor do projecto e Termo de responsabilidade do coordenador dos projectos.

O primeiro documento, garante o cumprimento na elaboração do projecto, das normas legais e regulamentares aplicáveis.

O segundo documento, subscrito pelo coordenador dos projectos, garante a compatibilidade com os restantes projectos conforme se refere no Artigo 10.º do RJUE.

O legislador pretendeu, principalmente nos casos de comunicação prévia, em que os prazos podem ser muito reduzidos, dar a garantia através do técnico e do coordenador que aquele conjunto de projectos é coerente, respeita as normas regulamentares aplicáveis, foi aprovado por quem competência tem na respectiva área e pode dar corpo a uma obra.

Em conclusão:

Os projectos da engenharia de especialidades devem ser entregues na Câmara Municipal acompanhados de dois termos:

Termo de responsabilidade do autor do projecto;

Termo de responsabilidade do coordenador dos projectos que ateste a compatibilidade entre os mesmos.

Proposta | Tendo em conta tudo o que se refere nos pontos anteriores parece-me que devem ser seguidas as seguintes orientações:

I Os projectos da engenharia de especialidades que carecem de pareceres ou aprovações de entidades exteriores ao Município dilatam o prazo para rejeição da comunicação prévia para 60 dias.

II Caso o requerente obtenha previamente esses pareceres ou aprovações, nos termos do Artigo 13.º-B do RJUE e os junte ao pedido inicial o prazo mantém-se em 20 dias para poder ser rejeitada a comunicação prévia.

III Os projectos da engenharia de especialidades devem continuar a ser submetidos a parecer / aprovação das entidades que sobre os mesmos têm competência legal para o fazer, até à publicação do diploma a que se refere o n.º 7 do artigo 13.º do RJUE.

IV Os projectos da engenharia de especialidades devem ser entregues na Câmara Municipal acompanhados de dois termos:

Termo de responsabilidade do autor do projecto;

Termo de responsabilidade do coordenador dos projectos que ateste a compatibilidade entre os projectos.

V O autor do projecto de arquitectura deve referir nesse projecto quais os projectos a engenharia de especialidades que se tornará necessário apresentar para completar o processo da obra.

Por José Pereira Fernandes | Chefe da DLAAE/CMO



Torneio Infantil do ACPS



XIII Open de Badminton



Na foto o vice-presidente da Câmara, Paulo Vistas, e os atletas Rosa Mota e António Bessone Basto



Marginal à Noite



Fogo de artifício no Porto de Recreio de Oeiras



Porto Salvo

Festa rija na Festa do Cavalo



A localidade de Porto Salvo recebeu, de 22 a 25 de Maio, mais uma Festa do Cavalo. Realizando-se pelo nono ano consecutivo, esta já faz parte do roteiro nacional das festas anuais portuguesas, atraindo tanto os apreciadores da arte equestre como muitos outros visitantes, aliçados pelo programa de espectáculos, pela gastronomia portuguesa e pelo artesanato, entre outros.

Do programa deste ano, destaque para a Noite de Fados, protagonizada por fadistas amadores.

Uma prova de obstáculos, o 9.º Passeio Equestre na Rota do Vinho de Carcavelos, que incluiu passagem pelo Largo da Igreja Matriz, em Oeiras, a Gala Equestre e uma prova de atrelagem, inserida no Campeonato Nacional de Derby, foram alguns dos momentos mais participados da festa.

Encontro Internacional de Arqueologia

Decorreu em Torres Vedras, de 1 a 5 de Maio, o Encontro Internacional de Arqueologia subordinado ao tema “Vasos campaniformes – símbolos de uma comunidade cultural europeia há 5.000 anos”, organizado pela respectiva Câmara Municipal e pelo Instituto Arqueológico Alemão.

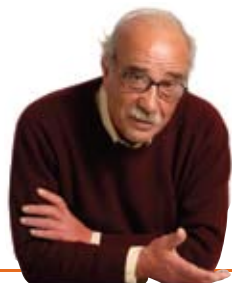
No âmbito das sessões científicas, o Prof. Doutor João Luís Cardoso apresentou comunicação dedicada à presença campaniforme na baixa península de Lisboa, onde caracterizou os mais importantes materiais daquela época existentes nas colecções do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, oriundos das estações pré-históricas de Leceia, da gruta da Ponte da Lage, do Casal de Barronhos e de Carnaxide. No âmbito das excursões pós-reunião, os participantes visitaram o povoado pré-histórico de Leceia e depois a Sala de Arqueologia dedicada àquela notável estação arqueológica, situada na Fábrica da Pólvora de Barcarena.

Reunindo mais de cem especialistas na matéria, oriundos de diversos países (França, Suíça, Espanha, Itália, Eslováquia, Marrocos, Holanda, Áustria, Alemanha e Portugal), a vinda desta comitiva ao concelho de Oeiras constituiu importante oportunidade para apresentar e divulgar publicamente o trabalho que tem vindo a ser realizado no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras.

Paralelamente, foi inaugurada uma exposição temática sobre o campaniforme europeu, que esteve patente no Museu Municipal de Torres Vedras Leonel Trindade, até finais de Maio.



Visita dos participantes no encontro ao povoado pré-histórico de Leceia



A primeira vereação

Por Jorge Miranda | Professor jorge.o.miranda@gmail.com

Oeiras adquirira já o estatuto de vila a 7 de Junho de 1759 e aguardava ainda a efectivação da consonante autonomia administrativa. A honra fora grande. A maioria tinha chegado. A espera, de séculos, fora longa, mas atingiria, finalmente, ao seu termo. Agora seriam os filhos da terra que geririam a comunidade e delineariam o seu próprio futuro. Mas o processo da instalação dos “homens da governança” tardava. Cerca de dez meses eram já passados e... nada. Até que D. José, por Alvará de 1 de Abril de 1760, nomeou as devidas “Justiças para a boa administração do governo da [...] Vila, que hajam de servir na Câmara”. E, no dia 26, nos Paços do Concelho da recém-criada Vila de Oeiras, o desembargador José Seabra da Silva, deslocando-se propositadamente para o efeito, deu posse à primeira edilidade oeirense, num compromisso selado com juramento sobre os Santos Evangelhos. Estava consagrada a autonomia.

Integravam o novo órgão: Félix José Guilherme e Leandro José Ribeiro Raposo, com o cargo de juizes ordinários da vila e termo, respectivamente; vereadores, Eleutério da Silva, Luís Duarte e Cipriano Francisco; e procurador, João Baptista Santos.

Poucos elementos biográficos conhecemos sobre cada um destes autarcas precursores. Deveriam deter prestígio social e possuir meios de subsistência, uma vez que os cargos para que foram nomeados não conferiam, ao tempo, remuneração. De Félix José Guilherme sabemos apenas que deveria residir numa boa casa sita na Rua das Alcássimas e Beco do Garcia, em Oeiras. Leandro José Ribeiro Raposo era lavrador, sendo proprietário do casal de Queijas e de outras

terras no lugar e circunvizinhança. Eleutério da Silva foi mordomo da Irmandade de N. S.^a da Atalaia, bem como João Baptista dos Santos, que também fora juiz da Fábrica da Igreja de Oeiras. Escrivão desta mesma comissão fora Cipriano Francisco, que também voltará a ser vereador em 1772. Neste mandato, Luís Duarte passaria a desempenhar a função de juiz ordinário do termo.

Esta vereação inaugural do ciclo autonómico manteve-se em exercício até 22 de Janeiro de 1766. Foram seis anos consecutivos de árduo trabalho. Começaram do nada e deixaram um concelho com a estrutura administrativa montada e novos equipamentos que são sinal de uma dinâmica de progresso: os paços do concelho, com cadeia e açougue (1760), a rede de magistraturas locais (juizes de vintena, homens da vara, etc.), o plano (1763) e, em curso, a obra de reconstrução e reordenamento da vila, assegurado o abastecimento de água à velha urbe (1765), o novo matadouro (1764), o código de posturas (1760). Também foi neste período que, em 1764, o termo de Oeiras se dilatou através da incorporação da freguesia de Carcavelos e de parte da de S. Domingos de Rana.

Neste mês de Junho é justo evocar e homenagear os autarcas que lançaram as sólidas fundações sobre que assentou a próspera caminhada de Oeiras.

Bibliografia: [Francisco Ildfonso dos Santos], Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras, v. II, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1882; Manuel Marques Ribeiro de Ferreira, História de Oeiras – A Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Oeiras (1147-1997), v. I, Oeiras, Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Oeiras, 1997; Arquivo da C.M.O., Livro 1.º de Vereações.



HISTÓRIAS DE ENGENHO E ARTE

Por Joaquim Boiça | Historiador | j.mbf@clic.pt

Vicêncio Casale, o frade arquitecto

Nasceu em Itália, fez-se frade servita (*Ordem dos Servos de Santa Maria*) e foi um dos ecléticos homens de artes do tempo do Renascimento. Iniciou a carreira profissional como discípulo do escultor florentino Giovanni Angelo Montorsoli e estendeu a sua mestria à hidráulica e à arquitectura e engenharia militar. Nestes domínios alcançou notoriedade e prestígio, em particular nas cidades de Florença, Roma e Nápoles, que lhe valeram o título de «Ingegnero et Regio Architecto», atribuído por Filipe II de Espanha, e que o levaria, ao serviço deste monarca, a viajar para terras espanholas, onde projectou o castelo de Santo Elmo e se encarregou de outras obras, tendo chegado a trabalhar no grande empreendimento régio, o Mosteiro do Escorial, sendo depois enviado para Lisboa, onde chegaria em finais do ano de 1589.

Fr. Vicêncio Casale trazia instruções precisas e uma missão específica: avaliar as condições de defesa do porto de Lisboa e melhorar a sua fortificação. Foi lesto nas respostas e metódico no trabalho que desenvolveu. Estava em causa a execução de três obras que, conjugadas com as fortificações de Cascais e de S. Julião da Barra reforçariam, em muito, a capacidade defensiva do porto de Lisboa, dentro e fora da sua barra: a transformação da Torre de Belém, aumentando o seu poder de fogo; a construção de um forte na costa entre Cascais e Oeiras, no ponto que se achasse mais conveniente e a edificação de um outro, a meio da foz do Tejo, no areal da Cabeça Seca, para cruzar fogo de artilharia com a Fortaleza de S. Julião da Barra.

De acordo com estas orientações, o arquitecto desenhou para a Torre de Belém uma elevada estrutura casamatada sobre a bateria virada ao rio, que lhe modificava radicalmente o perfil; obra que não passou, contudo, do papel, desconhecendo-se as razões que justificaram a sua não execução.

Quanto à segunda iniciativa, após a escolha do local mais apropriado, no Estoril, para que se impedisse a passagem do inimigo pelo «canal para ali esperar maré e vento próprio», como assinalou Casale, ergueu-se um possante forte, dito de Santo António, que se encontrava já razoavelmente concluído em 1591.

Por fim, o projecto mais ambicioso, por considerar-se que seria a chave para a segurança da capital do reino, a construção de um forte no areal da Cabeça Seca, dará origem a um longo processo construtivo que se arrastará no tempo, muito para além da vida de Casale. Contudo, este lançou-lhe os fundamentos, iniciando a sapata onde iria assentar o forte. Antes, porém, observou as marés, procedeu a estudos e sondagens no areal, concebeu inúmeros instrumentos e equipamentos, facilitando a estiva e o transporte da pedra, levada, às toneladas, para o areal que as águas do Tejo cobriam no preia-mar. Apesar da sua complexidade, foi com optimismo e entusiasmo que Casale escreveu a Filipe I sobre o projecto, ao qual deu a forma circular, e cuja visão materializada antevia: «será maravilhoso e seguro». Muito mais tarde, já no pós Restauração, outro arquitecto, João Turriano, dará conteúdo ao sonho de Casale: ainda que o forte erguido, conhecido por Bugio, obedeça a uma planta diferente, contém, indubitavelmente reminiscências do projecto do frade arquitecto.

Em Portugal, para além destas obras, traçou muitas outras, a maioria militares, mas desenhou diversos edifícios religiosos, nomeadamente a Cartuxa de Évora.

A sua morte inesperada, nesta cidade, a 21 de Dezembro de 1593, motivou os saudosos comentários do Conde Portalegre: «O que não tem remédio é a falta que faz Frei João Vicencio Casale»; «creio que com dificuldade se encontrará Engenheiro mais capaz e de trato mais fácil».

IST/Taguspark Técnico revela talentos artísticos



Esteve patente ao público, durante o mês de Junho, no pólo do Instituto Superior Técnico no Taguspark, uma exposição de ilustração e banda desenhada com trabalhos da autoria de Joana Lafuente, aluna daquele estabelecimento de ensino.

A mostra foi organizada pelo LAGE2 e pelo Grupo de Fotografia do IST/Tagus.

Caixa Geral de Depósitos
apresenta:

**Oeiras
Jardins
Marquês
Pombal**

**6 JUL
Herbie
Hancock**

**11 JUL
Mayra
Andrade**

**26 JUL
Caetano
Velo**

**30 JUL
Diana
Krall**

www.cooljazzfest.com

**COOL
JAZZ
FEST**

alta
mistura

Telefone 727234234 / www.kidartline.pt, FNAC, Agência Albras, Belas CTE, Agência A&P e Alvalade, Litteria Bulhões do Oeiras Parque, Worton, Lojas B&S e Magalhães

estoril Oeiras meo

Produção: Media Partner: Apoio:

Parque dos Poetas agora em livro



Francisco Simões, o autor de todas as esculturas da primeira fase do Parque dos Poetas, foi uma das individualidades a marcar presença na cerimónia de apresentação oficial do livro 'Parque dos Poetas – Poesia, Escultura e Paisagem', que teve lugar no passado dia 17 de Maio, na Livraria-Galeria Municipal Verney, em Oeiras.

A obra, editada pela Câmara Municipal de Oeiras, ajuda a conhecer melhor aquele local de características únicas, um parque consagrado à poesia e aos poetas de língua portuguesa.

Edição de prestígio, o livro reúne textos e fotografias que documentam aspectos tão diversos como a poesia, a escultura e a arquitectura, elementos representados, todos eles, no Parque dos Poetas.

Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta, Clara Rocha Viegas, Mestre em Estética e Filosofia da Arte, o jornalista e escritor José Manuel Saraiva, e Luisa Mellid-Franco, crítica literária, são alguns dos autores que assinam, nesta obra, textos sobre cada um dos poetas ali representados.

Homenagem aos militares do concelho

No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, 10 de Junho, a Câmara Municipal de Oeiras prestou homenagem aos militares do concelho mortos na Guerra do Ultramar. A cerimónia teve lugar na Praça do Ultramar, no Bairro da Figueirinha, em Oeiras.

Marcaram presença os presidentes da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, e da Liga dos

Combatentes (Oeiras), Cor. Ataíde Montez, bem como familiares dos homenageados.

Durante a cerimónia foram depositadas palmas e coroas de flores junto ao monumento que recorda os militares falecidos, tendo sido feita, pelo Rev. Padre Fernando Martins, uma prece de homenagem aos que morreram em defesa da Pátria.



Dilemas do consumo ético

Por Ana Delicado | socióloga delicado.ana@gmail.com

Ir às compras costumava ser mais linear. Agora o consumidor com preocupações éticas depara-se com um labirinto de legendas através do qual tem de navegar, muitas vezes com resultados contraditórios.

Agricultura biológica, pecuária de criação extensiva, produtos "verdes" ou amigos do ambiente, artigos de comércio justo, bens de produção local... a lista é extensa e variada. Estas etiquetas abrangem a fruta não tratada com fertilizantes e pesticidas, os frangos criados ao ar livre e com ração de cereal, os detergentes sem fosfatos e biodegradáveis, os carros híbridos, o papel reciclado, os cereais da Bolívia e os tecidos da Índia comprados aos produtores a um preço justo, reduzindo os intermediários e respectivas comissões, os legumes provenientes da região, diminuindo as distâncias do transporte e as respectivas emissões de CO2.

Optar por estes produtos significa investir na saúde do agregado familiar, na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento dos países

mais pobres. É o contributo que cada cidadão pode dar para resolver problemas tão vastos. Mas que também se reflecte, directa ou indirectamente, no seu bem-estar e qualidade de vida.

Porém, o consumo ético é muitas vezes um "luxo" que poucos, neste país de desigualdades acentuadas, se podem permitir. Em regra, estes artigos são bastante mais caros que os seus homólogos de produção intensiva. São frequentemente difíceis de encontrar, vendidos em lojas especializadas, sem campanhas publicitárias nem marketing agressivo. Em alguns casos a qualidade pode deixar a desejar, face aos gostos formatados pelo consumo de massas, que dão preferência às maçãs de tamanho avantajado, ao vestuário de marca, aos automóveis de alta cilindrada. Depois alguns destes produtos entram em contradição entre si. Como se pode comprar alperces biológicos de França ou cadernos artesanais do Bangladesh, quando o seu transporte é tão poluente?

As escolhas de um consumidor consciente estão longe de ser simples.

Ponte Filipina sobre o Rio Jamor 400 anos é obra



Quatrocentos anos sempre são quatrocentos anos, data assinalável, e para comemorar quatro séculos passados sobre a construção da Ponte Filipina sobre o Rio Jamor, a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada-Dafundo promoveu, no passado dia 11 de Junho, uma cerimónia evocativa. Duas charretes transportaram os convidados de honra no percurso entre o Aquário Vasco da Gama e a ponte, onde foi depois descerrada a placa toponímica com o nome 'Ponte Frei Rodrigo de Deus'.

Na oportunidade foi ainda entregue, ao presidente da Câmara, um foral comemorativo, por um figurante trajado à época, encenando-se uma pequena recriação histórica.

O presidente da Autarquia, Isaltino Morais, assinalou, no local, que "para a Câmara Municipal não são só as grandes obras que têm significado – estamos a fazer um grande esforço no sentido de conseguir recuperar todas as pontes do concelho. E são dezenas, na medida das muitas linhas de água que atravessam o concelho".

Recorda-se que a travessia sobre o Rio Jamor que ainda permite a ligação entre a Estrada Marginal e a localidade da Cruz Quebrada, foi construída, em 1608, graças à tenacidade e abnegação de um frade franciscano, Frei Rodrigo de Deus, que agora dá nome à ponte.

Freguesia de Algés assinalou aniversário Tradições em tempo de festa



Barcelos, Lamego e Mafra foram algumas das regiões do País representadas na mostra de artesanato de olaria e cerâmica, promovida pela Junta de Freguesia de Algés no âmbito das comemorações do 15.º aniversário da freguesia.

Artesãos de diversas proveniências viajaram até ao Jardim do Palácio Anjos, levando consigo as rodas de oleiros, onde modelaram o barro e a cerâmica, trabalhando ao vivo.



Visitantes de todas as idades deliciaram-se enquanto recordavam ou apreciavam pela primeira vez, ao vivo, o trabalho e a perícia dos artesãos.

Paralelamente, decorreram diversas actuações musicais, com interpretações a cargo da Banda dos Amigos de Castelo Novo, da Tuna da USILA e do grupo Coollective.

Encontro de veículos militares antigos

Um dia no quartel



No âmbito da programação das Festas do Concelho, realizou-se, no passado dia 14 de Junho, um encontro de veículos militares antigos.

A iniciativa incluiu a realização de uma exposição de viaturas militares antigas e um desfile pelas ruas do concelho, com passagem por locais de interesse histórico-militar, como a Fábrica da Pólvora, o Forte de S. Julião e a Bateria da Lage.

Os cerca de 50 veículos participantes partiram do antigo Quartel de Transmissões do Exército de Linda-a-Velha para um passeio em coluna militar.

Naquele local estiveram em exibição, durante todo o dia, viaturas militares actualmente ao serviço das Forças Armadas e outras todo-o-terreno com características especiais, bem como rádios militares da época da Guerra Colonial portuguesa. Este evento foi organizado pelo Clube Todo-o-Terreno de Oeiras.



Odisseia

E os pés também pensam?

Por Manuel Machado pcmachado@netcabo.pt

Partindo do princípio que o erro de Descartes se centra, como sustenta o ilustre neurologista António Damásio, no divórcio entre mente e corpo, parece bem possível afirmar, ainda que jocosamente, que até os pés – por fazerem parte do corpo – também pensam. Segundo Damásio, é absurdo marginalizarmos emoções e sentimentos da globalidade desse longo processo de conhecimento humano por que passamos. Donde, o “Sinto, logo existo!” se justifique hoje como um modelo muito mais rigoroso que o estafado “Penso, logo existo!”. Em bom rigor, o cérebro é corpo, do mesmo modo que corpo é cérebro. Por outras palavras: uma emoção será sempre uma alteração produzida no corpo e no cérebro, sendo o sentimento a ideia que construímos dessa mutação. Aqui chegados, coincidimos com o já proposto pelo teólogo e filósofo Espinoza, descendente de judeus portugueses (Amesterdão, 1632 – Haia, 1677) ou seja, parece ser recomendável a utilização do cérebro no sentido de podermos induzir emoções positivas e benéficas. Decorre daqui a admirável e assombrosa possibilidade de, no futuro, o corpo poder ser curado justamente a partir do cérebro!

Digamos que esta brilhante teoria pode ser validada, por exemplo, através do extenso inventário de emoções no desporto. Identificar e analisar as emoções dos atletas (ansiedade, orgulho, felicidade, esperança

ou tristeza) numa pista de atletismo ou num jogo de futebol – cenários repletos de grande empenhamento, sobretudo quando se celebram acontecimentos tão mediatizados como é o caso do Euro ou dos Jogos Olímpicos – é tarefa que tem sido objecto de inúmeros estudos e investigações académicas pois, no contexto desportivo, avulta essa unidade entre mente e corpo. São indissociáveis, senão vejamos: imaginem a tremenda carga emocional e psicológica de um atleta, independentemente do sexo, escalão competitivo e modalidade, antes do início da sua prova, ou os colossais níveis de ansiedade de um futebolista na hora de em que é chamado a marcar um penalty decisivo. Mente e corpo em estado de concentração absoluta. Desdém ou glória dependentes do auto controlo. Sem dúvida que nesse momento quaisquer pés pensam! Mas tão ou mais interessante que observar um jogador a inventar novas fintas, passes ou jogadas, será conseguir um Homem capaz de descobrir e de aplicar todas as suas potencialidades. Viveremos em melhor cadência, ainda que os resultados económicos continuem deficitários, no dia em que o Homem tiver essa capacidade de encontrar novas maneiras de fazer as coisas, seja na arte, na ciência, na tecnologia, na educação ou, evidentemente, na cultura!

Passeio/Exposição de Automóveis Antigos

Donas Elviras desfilaram e encantaram

Uma centena e meia de exemplares de automóveis e motos antigos desfilaram pelos centros históricos de Oeiras e de Paço de Arcos e pela Baixa de Algés.

O V Passeio/Exposição de Automóveis Antigos teve lugar no dia 15 de Junho.

Carros e motos ficaram depois em exposição no Largo 5 de Outubro, localizado no Centro Histórico de Oeiras.

Este evento, organizado pela Câmara Municipal de Oeiras, tem por objectivo criar uma animação que gere atractividade e notoriedade para os centros históricos de Oeiras, Paço de Arcos e Baixa de Algés.



Comemorações do Dia do Município

Ministro da Administração Interna entre as individualidades homenageadas



A atribuição ao ministro da Administração Interna, Rui Pereira, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, a mais elevada condecoração outorgada a nível municipal, constituiu um dos pontos altos da sessão solene evocativa do 249.º aniversário da elevação de Oeiras a concelho.

O governante manifestou, na oportunidade, tratar-se de um “enorme prazer e subida honra participar em mais uma comemoração do aniversário de Oeiras”.

“Não escolhemos a nossa terra, nem a terra dos nossos pais”, disse, “sou transmontano mas também sou de Oeiras. Porque vivo aqui e porque gosto de Oeiras também me sinto responsável pelo seu desenvolvimento”, acrescentou Rui Pereira, que finalizou assegurando que “Oeiras poderá sempre contar com o Governo de Portugal e com o ministro da Administração Interna”.

Foram dirigidas a Rui Pereira as primeiras palavras do presidente da Câmara Municipal no discurso proferido na ocasião. Palavras de “entusiástica saudação a Vossa Excelência, pela honra que nos dá em presidir a esta cerimónia de tão grande significado para o concelho de Oeiras. Creia que o seu gesto cala bem fundo em nós todos, não só por o ter cá como ilustre munícipe de Oeiras, mas também pelo reconhecimento ao seu empenho e determinação com que sempre colabora com as iniciativas desenvolvidas por esta autarquia”.

Mais do que um ritual de celebração, festejar o 7 de Junho constitui, para Isaltino Morais, uma oportunidade para fazer “um balanço da nossa acção na consolidação dessa identidade e dessa marca chamada Oeiras, para a qual ambicionamos sempre o melhor”.

No decurso da sua intervenção, o autarca recordou a figura de Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, “o responsável por esta façanha que aqui celebramos”.

“Munido de um plano ambicioso para o desenvolvimento das suas terras e das suas gentes, o Conde de Oeiras foi capaz de mudar o concelho, rompendo com o seu apagamento histórico e geográfico, elevando-o a um patamar de desenvolvimento num espaço de tempo tão curto que o Município se tornou rapidamente numa referência nacional”, lembrou, para a seguir considerar que “toda esta evolução que Oeiras conheceu, em torno da figura do Marquês de Pombal, deixou uma impressão di-

A Câmara Municipal de Oeiras assinalou o Dia do Município, 7 de Junho, feriado municipal, com a sessão solene de atribuição de condecorações municipais de Bons Serviços e Mérito.

O dia ficou marcado por outras actividades, que tiveram início com o tradicional hastear das bandeiras, em frente aos Paços do Concelho, seguindo-se uma Missa Solene, na Igreja Matriz de Oeiras.

gital muito forte nas diferentes gerações e nas distintas épocas históricas que a vila atravessou”.

“A comprovação de que no curto espaço de uma geração era possível promover a inovação e a excelência, com base num planeamento visionário e num programa sabiamente escolhido, conferiram a estas paragens uma marca de referência no imaginário português e um legado que pretendemos honrar a cada dia do nosso desempenho”, assegurou.

O presidente da Câmara considerou ainda que “a imagem de Oeiras bebeu muito do dinamismo do seu patrono, da visão do seu mentor, da importância política do seu líder histórico”.

Reportando-se ainda à ‘herança’ do Marquês de Pombal, Isaltino Morais aludiu ao “legado de Oeiras”, “constituído por um património de valores de quem sabe trabalhar, de quem sabe fazê-lo com abnegação pessoal, de quem sabe servir em nome do desenvolvimento das suas gentes. Neste legado não há lugar para pessimistas, derrotistas e maldizentes. Nós somos um concelho de sonhadores, nós somos um concelho de fazedores, nós somos a capital nacional do empreendedorismo”.

“Por tudo isto, neste dia 7 de Junho, ao celebrarmos o dia do Município, o dia em que ganhámos o direito de administrar o espaço onde vivemos e trabalhamos, homenageamos também a figura histórica do Conde de Oeiras e o seu legado”.

Nesta linha, o presidente da Câmara anunciou que no próximo ano, em que se celebram os 250 anos do concelho, a figura do Conde de Oeiras será incontornável e estará “no cerne das comemorações, mesmo quando celebramos a Oeiras moderna e do futuro”.

“Sonhar muito e sonhar alto”

Assinalando que “é sempre bom recordarmos o ponto de onde partimos”, o presidente da Câmara aludiu à Oeiras da década de 80 do século passado e ao seu primeiro mandato enquanto chefe do Executivo. “O futuro falará de nós, se de nós houver de falar, afirmava eu, neste mesmo dia, no meu primeiro discurso nas celebrações do dia do Município.

Perante a realidade da Oeiras dos idos de 80, foi necessário começar

por organizar a casa e traçar caminho. Quando recorro a esse primeiro discurso que fiz em 1986, salta-me sempre à memória o esforço vertido naquelas palavras, tentando mobilizar todos os que me acompanhavam na gestão da Autarquia para a enorme tarefa que representava a requalificação do concelho”.

“Manchado por mais de cinco mil habitações degradadas, barracas para ser mais preciso, em bairros impróprios à condição humana, onde a insegurança fazia parte de um quotidiano deprimente e não parecia vislumbrar-se um futuro promissor”.

O presidente da Câmara fez recordar, a todos quantos assistiam à cerimónia, que “face à ausência de oportunidades que o concelho então oferecia, as populações residentes encontravam em Lisboa as oportunidades de trabalho, de resto, um pouco à semelhança da generalidade dos municípios periféricos da capital, os quais pareciam estar apenas destinados à função de dormitório e de desenvolvimento de actividades industriais, actividades que Lisboa não queria ou não comportava”.

Neste panorama, continuou, “foi necessário traçar um plano integrado de requalificação do território, de combate à insegurança e a todos os factores que desqualificavam Oeiras”.

“Foi necessário sonhar muito e sonhar alto para inverter este panorama. Muitos duvidaram da nossa capacidade de realização, da nossa capacidade de inovar, da nossa capacidade de atrair novos e melhores actores, da nossa capacidade de inverter o declínio em que se encontrava Oeiras. No entanto, as suas dúvidas tinham como único efeito o redobrar do estímulo à acção que então encetávamos”.

“Quando comparo os indicadores de desenvolvimento do concelho, duas décadas depois, reconforto-me sempre com o valor da capacidade de sonhar, da arte de realizar e da devoção a Oeiras de todos aqueles que contribuíram para o engrandecimento da Autarquia”, disse, acrescentando que “é esta devoção e este querer de continuar a fazer mais e melhor que sinto hoje estar de volta à Câmara Municipal e com ele a sensação de estar a começar de novo mais um ciclo de desenvolvimento de Oeiras”.

“A pouco mais de um ano das próximas eleições autárquicas e evitando as associações eleitoralistas que sempre se fazem nestas cerimónias públicas”, o presidente da Câmara assinalou ser “conveniente promover este ano, no dia do Município, o balanço deste mandato, a carac-



terização das marcas e da dimensão do novo ciclo que iniciámos no desenvolvimento de Oeiras e que se arrastará pelos anos seguintes, libertando, assim, o próximo ano para celebrações mais condizentes com a consensualidade necessária ao reforço do espírito e da identidade do concelho”.

“Promover o que é certo, justo e necessário”

Traçando o retrato da Oeiras do presente, Isaltino Moraes assegurou que Oeiras pode hoje orgulhar-se por se ter tornado no concelho “com maior concentração de empresas e serviços de base tecnológica, naquele que apresenta uma apetência crescente para a fixação de serviços públicos no seu território, contrariando estafados preconceitos macrocéfalos que defendiam a sua localização exclusivamente na capital. Aliás, hoje, paradoxalmente, é a capital que assume publicamente a disputa do tecido empresarial qualificado com Oeiras”.

“É por isso – prosseguiu – com orgulho e muita satisfação que confirmamos ter sido a mais correcta a estratégia vertida no planeamento gizado ao longo dos últimos 20 anos. Pelos feitos alcançados, Oeiras tornou-se numa referência não só ao nível da Área Metropolitana de Lisboa mas, também, a nível nacional”.



“Ousando contrariar muitas verdades adquiridas ao longo dos trilhos do desenvolvimento então seguidos, provámos estarem errados muitos dos arautos da economia quando defendiam que determinados investimentos municipais não tinham qualquer retorno para o País. Nunca hesitando arriscar, nunca voltando as costas às suas competências mas, sobretudo, nunca se detendo em desculpas vãs para não satisfazer as necessidades dos seus munícipes, Oeiras extravasou as suas áreas de competências, algumas vezes entrando nas próprias responsabilidades do Estado Central, substituindo-o nas suas responsabilidades, mas nunca deixando de promover o que era certo, justo e necessário”.

O autarca legou que foi “neste espírito que nunca voltámos a cara ao investimento social, o mesmo que os ultra-liberais e os tecnocratas desligados do mundo rotulavam de não produtivo”.

“Foi por isso que nunca deixámos de promover a construção de muitos e inovadores equipamentos sociais, uma vez que sempre acreditámos que uma sociedade só seria justa e solidária se soubesse promover uma verdadeira igualdade de oportunidades. Aqui, em Oeiras, sempre soubemos o que era a social-democracia”.

“Erradicando barracas, construindo creches e infantários, levantando lares e residências para a 3.ª idade, procurando até à exaustão o uso de fundos comunitários, transformámos a paisagem social e física do concelho. Aqui, em Oeiras, sempre fomos pelo social. Ele não constitui para nós uma descoberta recente”, garantiu.

Pelos argumentos expostos, Isaltino Morais considerou que “a requalificação urbana do território decorrente da eliminação de manchas de barracas, a par do investimento na qualificação, também, do tecido

social, foi determinante para o modelo de desenvolvimento que hoje conhecemos”.

“Exemplo acabado do sucesso alcançado constitui o facto de, em termos de receita tributária, Oeiras alcançar, no último ranking nacional, o segundo lugar logo a seguir a Lisboa, muito à frente do Porto e só por si também muito superior ao do distrito de Setúbal no seu conjunto”.

“Transformações e melhoria da qualidade de vida”

Considerando que “a partir dos louros conquistados temos hoje a noção que o desenvolvimento, a liderança e o sucesso não constituem verdades adquiridas e imutáveis”, antes “carecem de um continuado empenho e visão na sua defesa e expansão”, o autarca defendeu que “Oeiras iniciou, neste mandato, um novo ciclo de forte desenvolvimento”.

A comprová-lo, disse, “estão os inúmeros projectos e empreitadas lançados desde que iniciámos funções”.

Desses, Isaltino Morais elencou, na oportunidade, alguns dos que considera serem os mais emblemáticos.

Referiu-se, em primeiro lugar, ao projecto do novo edifício dos Paços do Concelho, “obra que queremos de referência arquitectónica a nível municipal, centralizando unidades orgânicas até aqui a funcionar numa dezena de edifícios, com manifesto benefício funcional para os munícipes mas também para a própria eficiência e racionalização económica da Câmara Municipal”.

Destacou, também, o projecto da Casa dos Cientistas, na Quinta dos Sete Castelos, em Santo Amaro de Oeiras, que resultará da transformação de um palacete antigo numa unidade destinada a acolher em Oeiras “a nata dos investigadores altamente qualificados que nos vi-





sitem ou que por cá se encontrem a desenvolver os seus estudos e investigações”.

O projecto prevê um investimento global de 2 milhões de euros e conta com a parceria do Instituto Gulbenkian de Ciência, prevendo-se o seu alargamento a mais unidades do mesmo nível. “Isto porque acreditamos que a liderança no desenvolvimento carece deste nível de excelência” assinalou o presidente da Câmara.

A reconversão e ampliação do Edifício 51 da Fábrica da Pólvora, bem como a reconversão da Fábrica de Cima foram outros dos projectos aos quais fez alusão. “O primeiro para criar um núcleo museológico e acolher a exposição Darwin que para o ano virá para Portugal pela mão da Fundação Gulbenkian; o segundo para albergar uma escola de arte e multimédia, tudo isto num dos mais notáveis parques urbanos da Área Metropolitana de Lisboa e referência de requalificação do património histórico. Isto porque o desenvolvimento cultural e a associação com os melhores constituem parte integrante do nosso projecto de desenvolvimento”.

Inevitável, a referência ao projecto da extensão do Passeio Marítimo, entre o Forte de S. João das Maias e a Praia de Paço de Arcos, bem como da extensão entre a Cruz Quebrada e Caxias, que, nas palavras de Isaltino Morais, contribuirão para valorizar “a fruição pública da frente marítima com a criação de novos espaços e percursos de lazer”.

A obra já decorre, pelo que no próximo ano será possível percorrer o passeio ribeirinho até Paço de Arcos. “Isto porque entendemos que Oeiras deve ser um lugar privilegiado para os que aqui residem e trabalham”, frisou o autarca.

O presidente da Câmara aludiu também ao facto de terem sido lançadas as “bases para o acordo com a Irmandade de Porto Salvo, adquirindo os terrenos por 2,5 milhões de euros e visando a afectação do Rossio daquela freguesia a funções sociais de utilidade pública como a Igreja, a creche, o infantário e um lar para a terceira idade, ao mesmo tempo que redesenhamos uma nova centralidade. Isto porque entendemos que é com este tipo de oportunidades que se constrói a cidade”.

Relativamente a projectos já concluídos, referência para “os termos de referência para o novo paradigma urbano dos parques empresariais do concelho”, bem como para “a negociação e disponibilização de terrenos para a instalação de cluster’s de empresas e equipamentos de potencial estratégico para o desenvolvimento de Oeiras” e, ainda,

para a “proposta de delimitação e caracterização das Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística de Algés e Cruz Quebrada-Dafundo, Carnaxide e Linda-a-Velha, criando todas as condições para uma intervenção futura e a criação de uma sociedade de reabilitação urbana”.

No domínio cultural, destaque para a recuperação do Palácio do Egipto, em Oeiras, “futuro centro de animação cultural de vila e do concelho”, já em estado avançado de obra, para a criação da Casa das Letras, na Laje, e para a conclusão e inauguração das obras de reabilitação do Palácio Anjos, em Algés, “dando origem ao Centro de Arte Manuel de Brito, sede da maior colecção privada de arte moderna portuguesa”.

Quase concluída está “a valorização da Praia Velha de Paço de Arcos e da sua zona envolvente, dotada de instalações para pescadores artesanais, valorizando mais um dos espaços ribeirinhos do concelho”.

“Em suma – disse – realizámos já ao longo deste mandato 859 em-

preitadas e mais de 1500 fornecimentos de bens e serviços que, com a aquisição de património (terrenos e edifícios), totalizará um investimento superior a 150 milhões de euros, elucidativo sobre as transformações em curso e a melhoria da qualidade de vida”.

“Reforço do orgulho e da auto-estima”

Em paralelo com os projectos lançados, o presidente da Câmara lembrou que muito foi também já realizado.

No domínio da protecção civil, “inaugurámos o novo quartel de Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos; preparámos o programa do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, estando já definido o terreno para a sua implantação, ao mesmo tempo que desenvolvemos o estudo para implementação do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora”.

No domínio da acção social, “inaugurámos a residência dos Sacerdotes de Linda-a-Pastora. Foi concluída a Residência Madre Maria Clara, obra municipal inovadora e audaz que se honra de poder ombrear com o que nesta matéria se faz de melhor na esfera privada. Isto ao mesmo tempo que estamos a lançar as bases para a construção de duas novas residências em Laveiras e Porto Salvo”.

“Estamos a criar as Sociedades de Reabilitação Urbana da Cruz Quebrada/Dafundo, de Linda-a-Velha e de Carnaxide. Isto ao mesmo tempo que afectámos cerca de 3 milhões de euros para obras que se en-

contram em fase de projecto, concurso e execução nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Quando pensamos que este projecto vai servir cerca de 5 mil pessoas, estamos certos da sua importância para a própria requalificação do concelho”.

Paralelamente, “foi concluída a nova sede da junta de freguesia e mercado de Caxias” e, no domínio dos transportes, “foi criada a rede Combus, de iniciativa municipal e socialmente justa, primeiro em duas e agora em cinco freguesias, devendo até 2009 ser alargada às demais, com o objectivo de facilitar a deslocação a quem mais dela necessita e vê nesta iniciativa a melhor garantia da sua mobilidade no concelho”.

Na área do ambiente, “desenvolvemos o plano Oeiras Cidade Verde, de iniciativa municipal, no âmbito do qual pretendemos aumentar a massa verde, de forma faseada e dividida por 51 espaços de intervenção, com o objectivo de plantar até 2009 cerca de 25 mil novas árvores em espaço público. Destas, 12 mil foram já plantadas. Esta ambição será alargada até 2017, altura onde se prevê alcançar um total de 200 mil árvores plantadas em toda a extensão do concelho, num rácio de uma árvore por habitante. Quanto tanto se fala em preservação ambiental e na responsabilidade dos estados na sua concretização, queremos em Oeiras dar o exemplo, contribuindo activamente para este fim, não ficando à espera que ninguém o faça por nós”, disse Isaltino Morais.

No domínio paisagístico, o presidente da Câmara referiu-se também à conclusão de “diversos arranjos junto de importantes núcleos habitacionais, garantindo nestas iniciativas o reforço do orgulho e da auto-estima de quem lá mora, consolidando o sentimento de pertença ao local e ao concelho”.

“Retomar a liderança das políticas de habitação”

A habitação mereceu também realce, com Isaltino Morais a fazer referência ao facto de frequentemente “sermos confrontados com declarações de responsáveis políticos justificando a ausência de obra realizada, ainda que muito necessária para o bem-estar das populações, em virtude das dificuldades financeiras e da escassez de meios para a sua concretização”.

“Em Oeiras – assinalou – entendemos que a nossa responsabilidade para com os eleitores não se compadece com este tipo de argumentação. Temos para nós que, tão importante como o capital, a motivação, a vontade e a dedicação às causas, a par de uma sagaz capacidade para definir prioridades, podem por si só ultrapassar as dificuldades e promover a satisfação das necessidades das populações”.

Exemplo desta filosofia governativa é, para Isaltino Morais, a política de habitação do actual Executivo.

“Quando iniciámos funções, há cerca de três anos, fomos surpreendidos por uma total ausência de projectos ou obra neste sector. Depois de tantos anos onde Oeiras foi pioneira nesta matéria, encontrava-se então a autarquia desprovida de soluções e de ideias sobre o futuro”.

Nesse contexto, afirmou, “foi necessário redesenhar toda uma política de habitação, sustentada num plano estratégico e designado por Habitar Oeiras, onde ao mesmo tempo que se reforçava a identidade dos oeirenses sobre o concelho onde viviam, se integravam na política de habitação um plano estratégico de apoio social, de educação e de saúde”.

Com “redobrado orgulho”, o presidente da Câmara anunciou, neste âmbito, estarem em curso a construção de 286 novos fogos, dos quais 150 CDH em fase de concurso na freguesia de Barcarena; 64 em fase de projecto em Carnaxide; 40 em fase de adjudicação de projecto de execução na Outurela e 32 já concluídos e em fase de atribuição nos Barrinhos.

A somar a isto, “com o objectivo de reanimar os centros históricos e evitar o seu contínuo despovoamento, através do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos, a Câmara promoveu a aquisição e reabilitação de 11 imóveis, traduzidos em 85 fogos, evitando assim que as novas gerações e de mais parcos rendimentos não se sintam coagidas a ter de sair do concelho onde nasceram e cresceram”.

Motivos expostos, “também aqui Oeiras retoma a liderança das políticas de habitação para os que mais precisam”.



“Assegurar hoje o amanhã colectivo”

Na área da saúde, Isaltino Morais reportou-se à “morosidade do Poder Central em definir as prioridades do concelho nesta matéria” e à “urgência da criação de mais e melhores unidades”, para lembrar que “a Câmara Municipal arrepiou caminho e acelerou soluções”.

“Depois de ter aplicado com sucesso esta solução na extensão de Paço de Arcos do Centro de Saúde de Oeiras, tendo aguardado até Dezembro de 2007 para que o Ministério da Saúde facultasse os programas funcionais para a construção dos Centros de Saúde de Algés e Carnaxide, decorrido este curto espaço de tempo, já se encontra concluído e a aguardar parecer da Direcção Regional de Saúde o projecto de arquitectura do Centro de Saúde de Algés, estando igualmente finalizado o estudo prévio do Centro de Saúde de Carnaxide”, anunciou.

O presidente da Câmara garantiu, na sua intervenção, que “Oeiras quer ter as melhores escolas do País”.

“Porque acreditamos que é hoje que asseguramos o nosso amanhã colectivo, a educação constitui a principal aposta deste mandato. Certos de que a conquista de um patamar de excelência alargado a todo o concelho, constitui a melhor garantia para um futuro de inovação, de progresso e desenvolvimento, defendemos que o município tem um papel determinante na conquista deste objectivo”.

“Iniciando a empreitada pelos seus mais sólidos alicerces, pretendemos edificar as melhores escolas do primeiro ciclo do País. Tendo sido já homologada a Carta Educativa do Município pelo Ministério da Educação, foi desenvolvido o Plano Estratégico para os Equipamentos Educativos”.

“Para além da inauguração da Creche e Jardim-de-infância de Nossa Senhora das Graças, em Miraflores, bem como dos melhoramentos efectuados em diversas outras unidades similares, a nossa acção voltou-se para um nível de exigência superior”, assinalou o presidente.

“Numa primeira fase, concluídos os concursos públicos internacionais para a aquisição dos projectos de três novos estabelecimentos escolares, a EB1 Almeida Garrett, em Linda-a-Velha, a EB1 de Porto Salvo e a EB1 do Alto de Algés, foram já adjudicados os contractos de arquitectura, encontrando-se a serem desenvolvidos os projectos de execução, prevendo-se a sua conclusão no próximo mês de Outubro”, disse.

Estes novos estabelecimentos de ensino – sublinhou – congregam “uma superior qualidade educativa com unidades para o serviço das próprias comunidades onde se inserem” e visam “emblematicamente derrubar as paredes que, tradicionalmente, separam a escola e a sua envolvente, criando sinergias e convidando uma e outra a fazerem parte de um projecto comum, por ambos defendido e potenciado, transformando a escola num dos centros vitais à vida dessa mesma comunidade”.

A título de exemplo, referiu-se à Escola de Linda-a-Velha, “tradução desse complexo comunitário, para além da escola, possui outras três valências distintas, como uma biblioteca municipal, um jardim público e um parque de estacionamento subterrâneo”.

“Preenchendo a vertente física destas unidades educativas, implementámos um vasto e ambicioso projecto de instalação de novas tecnologias de informação e comunicação nas escolas, num investimento de cerca de 5 milhões de euros, a ser implementado nos próximos três anos. A título de exemplo, encontra-se já a EB1 Sá de Miranda com todas as salas de aula apetrechadas com quadros interactivos, computadores pessoais, conteúdos educativos multimédia e acesso on-line à internet e a vídeo conferências, lançando as novas gerações numa precoce relação com estes inovadores instrumentos de ensino, familiarizando-os para o admirável novo mundo que aí vem”.

Este investimento em novas tecnologias permitirá, nas palavras do presidente, “dotar o parque escolar de uma rede de funcionamento on-line, revolucionando a gestão centralizada dos serviços e equipamentos do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, garantindo uma racionalidade económica e uma satisfação imediata das necessidades sentidas. Também aqui, Oeiras assume as suas prioridades”.



“Planeamento como peça chave do desenvolvimento”

Considerando que os instrumentos de planeamento se assumem como “peça chave do desenvolvimento de um concelho”, traduzindo “um projecto, um sonho, uma visão para o futuro”, Isaltino Morais apontou que “eles são fundamentais para o que ambicionamos para o amanhã de Oeiras”.

Neste sentido, lembrou que “o actual Plano Director Municipal data já de 1994 e nele se traçaram um conjunto de directrizes de desenvolvimento que foram, nalguns casos alcançadas e, noutros, ultrapassadas, estando por isso em sede de revisão, preparando o novo ciclo agora defendido”.

“O projecto integrado de desenvolvimento, consolidando um conjunto de cluster’s que elevem o nível competitivo de Oeiras aos mais altos patamares mundiais – o conceito Oeiras Valley – encontra nesta revisão a sua própria génese. Nele, queremos integrar a excelência dos nossos parques empresariais com o que de melhor sabemos planificar no domínio da habitação, criando estruturas integradas e quase indissociáveis ao longo do seu território”.

O presidente da Câmara assumiu claramente que “é neste paradigma que pretendemos que de futuro seja possível instalar em qualquer ponto do território uma empresa de base tecnológica, lado-a-lado com um edifício inovador destinado a habitação, num somatório de valências que melhor permita aproveitar todas as unidades lá instaladas, bem como todos os serviços disponibilizados”.

Acréscitou, ainda que “foi para isto que desenvolvemos o Estudo da Estratégia Económica do Concelho, sob a coordenação do Prof.

Augusto Mateus, com o objectivo de definir as linhas de orientação estratégica do Município no domínio da sua actividade empresarial e da criação de emprego”.

Paralelamente, disse, “elaborámos o Estudo de Mobilidade e Acessibilidade de Oeiras, adjudicado em 2006 e concluído em 2007; a Carta de Competências Profissionais do Concelho, publicada em 2007; a Carta da Saúde, em 2004; a Carta Desportiva, em 2005; a Carta Educativa, em 2007; a Carta da Cultura em 2008; a Carta Social ainda em fase de conclusão e, ainda em fase preliminar, a Carta Digital dos Solos. Sectorialmente, desenvolvemos outros instrumentos no âmbito do sistema ambiental, abordando as problemáticas da água, da energia, da estrutura verde municipal, do ruído e da gestão ambiental”.

“Ao mesmo tempo e num processo aberto à ampla participação da sociedade civil do concelho, procedemos à revisão da Agenda XXI, processo concluído em 2007 e que melhor traduz os compromissos do Município num futuro próximo”.

“Oeiras sempre foi sinónimo de estabilidade governativa”

Feito o balanço, o presidente da Câmara assinalou que “depois das muitas vicissitudes ocorridas nas últimas eleições e que conduziram ao Executivo em funções, quando olhamos para esta extensa lista de conquistas e de realizações em tão curto espaço de tempo, relembro sempre as insinuações que condenavam em 2005 esta Câmara à ingovernabilidade e ao insucesso”.

Neste contexto, apontou que “se é sempre reconfortante provar a nossa razão, é igualmente encorajador conseguir provar que em Oeiras não há espaço para o derrotismo, para a maledicência e, permitam-me a ousadia, para a derrota”.

“Grande parte do sucesso alcançado pelo concelho ao longo dos últimos anos deposita a sua origem nos consensos alargados gizados ao longo de diferentes mandatos, envolvendo partidos com ideais muito antagónicos mas que, em Oeiras, sabendo distinguir o essencial do acessório, os seus legítimos representantes sempre lograram colocar de lado as suas diferenças e trabalhar em conjunto ao serviço de quem em nós confiou”.

“É por isto – afirmou – que Oeiras sempre foi sinónimo de estabilidade governativa; é por isto que Oeiras sempre foi um lugar especial; é por isto que Oeiras atingiu o desenvolvimento por todos reconhecido”.

“Ao fim de três anos de mandato, apesar de todas as dificuldades financeiras e organizacionais verificadas na Câmara, apesar da grave crise económica e social que se abateu sobre o País, apesar das mais diversas dificuldades, soubemos relançar o presente e construir o futuro no nosso concelho”.

“Soubemos planear e construir, soubemos compreender e dialo-

gar, soubemos ambicionar e sonhar. Tudo isto, sem um lamento ao Poder Central, sem qualquer laivo de desculpa que pudesse diminuir a dimensão da responsabilidade que decidimos assumir. Temos como certo que quem governa não pode ter medo de decidir, de liderar e de errar. E, por isso, preferimos sempre pensar que o futuro está nas nossas mãos e só de nós depende”.

Neste sentido, o presidente da Câmara assinalou que “é por isso que gostaria de deixar uma palavra de grande afecto e entusiasmo aos meus colegas do Executivo, pela sua entrega e dedicação, pelo trabalho realizado e pelo sucesso alcançado”.

Reservou, assim, “uma palavra muito especial para os senhores vereadores do Partido Socialista que nas áreas que tutelaram, da habitação ao turismo, passando pelo património, souberam demonstrar como é possível compatibilizar, num só município, projectos eleitorais diferentes, articular vontades e trabalhar na sua execução, unicamente, em nome de Oeiras e dos oeirenses”.

“Este exemplo de entusiasmo e dedicação, confirmando a veia conciliadora de Oeiras, colocando apenas em primeiro lugar os interesses do concelho, foi também recentemente seguido por um vereador do Partido Social Democrata que assumiu a tempo inteiro o seu lugar na Câmara Municipal, honrando assim a confiança dos eleitores e cumprindo o compromisso inerente a quem se candidata a um lugar publico desta natureza”.

Palavra de “apreço e de reconhecimento pelo desempenho do seu papel fiscalizador” merecem também, para o presidente, “a Assembleia Municipal e os seus deputados. Traduzindo as diferenças partidárias na apreciação do trabalho desenvolvido pela Câmara, mas sempre contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa acção governativa e, sobretudo, para a defesa dos interesses do Município, eles são o exemplo da elevação democrática e da profunda cultura cívica que a sociedade oeirense já possui”.

O autarca referiu-se, ainda, ao “labor e entusiasmo patenteado pelos autarcas nas juntas de freguesia do concelho. Com base num protocolo de cedência de competências assinado entre a Câmara e as Juntas, foram criadas condições para uma maior e melhor intervenção por estas entidades no quotidiano dos cidadãos. A enorme competência e qualidade demonstrada nas realizações efectuadas, merecem um crescente investimento da Câmara nessas suas capacidades, factor que levou a que entre 2005 e 2007 a transferência de verbas para as juntas de freguesia atingisse já o valor de 4.358.020 euros.

Concluiu reiterando que “só o trabalho nos honra e só os resultados nos reconfortam. Só o melhor nos motiva e só a excelência nos serve. Porque em Oeiras nós não desistimos da vanguarda”.

Condecorações

Medalhas Municipais de Bons Serviços:

Grau Cobre: Ana Cristina Ribeiro Leal Silva, Maria Cristina Fernandes Santos Silva, Maria José Candeias Rijo, Maria Margarida Tavares da Costa, Urbino Mendes dos Santos, Maria Fernanda Carneiro Silva, Luís Miguel Figueiredo Casimiro, Guida Maria Andrade Marques, Ana Rute.

Grau Prata: Luís Fernando Jesus Duarte Trindade, Luciano Lourenço, João Sabino Pestana França, Cesaltina Adro, Isabel Caldeirinha, Maria Guilhermina Mendes, Rosalita Moura, Maria Helena Queijreira Domingos, Sérgio Gomes, Pedro Miguel Nunes Miranda, Maria Eduarda Henriques Tameirão Reis Oliveira, Helena Maria Dias Marques, Ana Paula Ribeiro Neves Barroso, Ana Catarina Alves Cabrita, Filipa Andreia Custódio.

Grau Ouro: António Pedro Nobre Seixas Almeida Torres, Paulo Agostinho, Rafael Luís Salgueiro, Cristina Infante.

Medalhas Municipais de Mérito:

Grau Cobre: José António Albuquerque de Brito Filipe, Clube de Caçadores de São Romão de Carnaxide, Estrela de Carvalho.

Grau Prata: Sociedade Musical Simpatia e Gratidão, Luís Pinelo, Pastelaria Aquarius, Mário Moutinho, Norberto Fernandes Rodrigues, Maria Helena Veiga, Maria da Luz Duque, Capitão José Manuel Brito de Sousa, Ana Paula Perry da Câmara Bernes Sousa Uva, Maria Ludovina Ferreira Figueiredo, Subintendente Carlos Resende da Silva.

Grau Ouro: Adelino Amadeu da Silva Coradinho, Corpo Docente da EB1/J.I. Pedro Álvares Cabral, Guilherme Dinis Moreno da Silva Arroz, José Augusto Dionísio Lucas (a título póstumo), João Aguiam Serra (a título póstumo), Nuno Crato, Lucília José Justino, José Domingos Santos, Carlos Saraiva (a título póstumo), Cisco Systems Portugal, Luís Valadares Tavares, Rui Carlos Pereira, Ministro da Administração Interna.

‘Vela Viva’ no Porto de Recreio de Oeiras

Cursos de vela para crianças já começaram

Aproveitando a maré do evento ‘Portugal, os Jogos Olímpicos e os Desportos Náuticos’, a empresa municipal Oeiras Viva abriu oficialmente as portas da escola ‘Vela Viva’. Com base na Piscina Oceânica e no Porto de Recreio de Oeiras, este projecto destaca-se por permitir a aprendizagem da vela a crianças a partir dos seis anos.

Com uma localização privilegiada para a prática dos desportos náuticos, o concelho de Oeiras está intimamente ligado aos primórdios do desporto da vela em Portugal.

Reza a história que terá sido ao largo de Paço de Arcos que se organizaram – pela mão da então Real Associação Naval – as primeiras regatas à vela de que há registo no nosso país.

Durante o mês de Maio, Oeiras honrou as suas tradições e transformou-se na capital da náutica portuguesa com o evento ‘Portugal, os Jogos Olímpicos e os Desportos Náuticos’. Agora a aposta é sobretudo virada para o futuro, com a abertura das portas da escola ‘Vela Viva’, a funcionar na Piscina Oceânica e no Porto de Recreio de Oeiras.

O conceito é inovador e será encabeçado pelo velejador Gonçalo Xavier de Carvalho – ex-treinador nacional da equipa olímpica de vela e actual técnico da Selecção de Vela de Israel.

Pela primeira vez, crianças a partir dos seis anos vão ter oportunidade de aprender vela em condições ideais de segurança. Para isso será utilizado o amplo plano de água da Piscina Oceânica de Oeiras, onde as classes de



iniciação começarão por se ambientar a bordo dos didácticos ‘Open Bic’. Além dos cursos de iniciação, a escola ‘Vela Viva’ terá uma vasta oferta nos domínios da formação de crianças e adolescentes até aos 16 anos. Estão também previstos cursos à medida de grupos especiais e ainda estágios para atletas de competição.

Os primeiros Cursos de Verão, com a duração de duas semanas, decorrem até 12 de Setembro. Mais informações em www.oeirasviva.pt.

Dirigismo desportivo em análise



O secretário de Estado do Desporto e da Juventude, Laurentino Dias, participou no Fórum ‘Dirigismo Desportivo no Século XXI’, promovido pelo Sport Algés e Dafundo. A iniciativa contou, também, com a presença do vice-presidente da Câmara Municipal, Paulo Vistas, que detém o pelouro do Desporto, e que ali esteve como orador.

Triatlo do Ambiente em Oeiras



Miguel Arraiolos foi o grande vencedor da 21.ª edição do Triatlo do Ambiente, disputada em Oeiras no passado dia 8 de Junho.

Na classificação individual absoluta, escalão feminino, foi Nadine Almeida a subir ao lugar mais alto do pódio, enquanto na classificação por equipas os primeiros lugares foram arrecadados pelo Alhandra Sporting Clube (femininos) e pela Halcon – Sportzone Olímpico de Oeiras (masculinos).

O Triatlo do Ambiente é, recorde-se, a competição da modalidade mais participada em Portugal. Com partida da praia da Torre, a prova organizada pela Câmara Municipal de Oeiras, com o apoio técnico da Federação de Triatlo de Portugal, realiza-se tendo como cenário a Avenida Marginal e o Porto de Recreio de Oeiras.



Festa do Desporto com Espírito Desportivo



O Complexo Desportivo do Jamor voltou a servir de cenário à realização da Festa do Desporto com Espírito Desportivo. Centenas de crianças usufruíram do bom tempo, praticando desportos de ar livre.

Mexa-se na Marginal

0 dia em que todos foram um pouco crianças

A enorme visibilidade do 'Mexa-se na Marginal', somado ao facto de este ano ter coincidido com o Dia Mundial da Criança, proporcionou que, em paralelo com as diversas animações habituais, tivesse havido oportunidade de chamar a atenção para algumas causas.

Tradicionalmente, o 'Mexa-se' atrai à Marginal milhares de pessoas que, ao longo do percurso entre Oeiras e Algés, são sensibilizadas para a importância do exercício físico na manutenção de estilos de vida saudáveis.

Este ano, a atenção dos participantes foi também dirigida para outras duas causas: os direitos das crianças e a infertilidade.

A Caminhada pelos Direitos da Criança realizou-se entre Santo Amaro e Paço de Arcos, culminando com a actuação de um grupo de crianças que entoaram o hino 'Dar voz às crianças'.

Partindo de Caxias em direcção a Paço de Arcos, os participantes na Caminhada pela Fertilidade alertaram para a luta dos casais inférteis, na tentativa de chamar a atenção para um problema de saúde que afecta um em cada sete casais em Portugal.

As crianças foram o denominador comum das duas iniciativas e do próprio 'Mexa-se na Marginal' que lhes dedicou especial atenção, com diversas actividades e muita animação.



À conversa com

João Neves António sobre a freguesia de Queijas



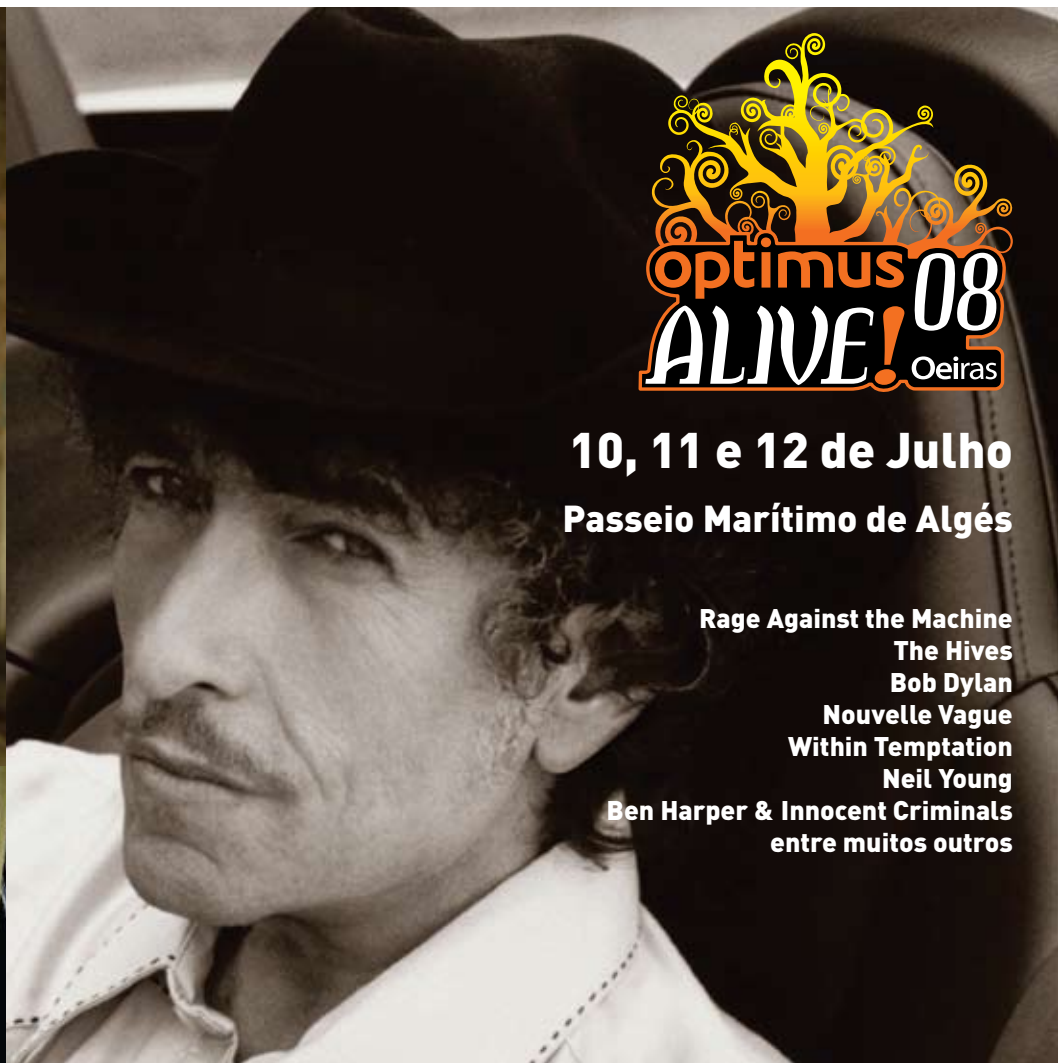
Falar sobre a freguesia de Queijas é, para o meu convidado, falar da terra que viu crescer e desenvolver. Tudo começou com a compra de um terreno para construção de uma vivenda. Queijas pareceu-lhe o sítio ideal, por «estar perto de Lisboa, mas já não é Lisboa. Queria um sítio calmo, que me fizesse lembrar a província onde nasci. Queijas era o ideal». O verbo no passado não é significativo de qualquer desilusão, porque João faz questão de lembrar que nunca pensou em sair desta terra. Constrói a vivenda na parte superior desta freguesia, a oeste do centro velho de Queijas. Naquela altura, há uns 35 anos, não existia a Rua João XXI, nem a Igreja, muito menos o centro de dia e à volta: «apenas existiam terrenos onde se cultivava o trigo, o centeio e a cevada. Aliás, lembro-me bem de um poço que fornecia a Quinta de St.^a Margarida. Falando de prédios, havia o Bairro Auto Construção e o Bairro da Carris». Sentados num banco de jardim, com a Igreja pelas costas a olhar para o jardim Cesário Verde, onde um grupo de homens jogavam às cartas, João ia apontando para o horizonte, obrigando-me a um esforço imaginativo, de tentar ver o que era Queijas sem aquela movimentação. Nosso olhar embatia, obrigatoriamente, num prédio alto, bem à nossa frente. Imaginado o meu pensamento, João Neves disse: «este prédio é que foi um erro. E, na altura, criticou-se muito o antigo presidente da Câmara, Silva Ramos, por ter permitido, mas cá ficou». Volta atrás no tempo e fala da 1.^a missa que existiu na freguesia: «Foi numa garagem, porque não havia Igreja, e lembro-me perfeitamente que nessa missa estavam presentes 14 pessoas. Depois, começaram a ir mais pessoas assistir e um dia vimos que a garagem já não suportava tantos fiéis e organizamos uma comissão, da qual fazia parte, e construímos um barracão, estávamos no ano 1974. Éramos três homens, mais o padre Ernesto, que aos sábados e domingos acartávamos pedras e cimento para a sua construção. Depois, o barracão deixou de ser suficiente para a quantidade de fiéis e começou a construção da Igreja. A 1.^a pedra foi colocada a 13 de Maio de 1984. Nunca mais deixei de ajudar no que fosse necessário, de apoiar o crescimento desta terra, porque é aqui que gosto de estar, é aqui que gosto de viver».

Com a família a viver nesta freguesia, João vai enumerando o que gosta e não gosta. Na verdade, diz mais o que gosta, apontando apenas o dedo para os dejectos caninos que ocorrem nos jardins públicos e que inibe as crianças de usufruírem desses espaços por questões da saúde pública. Depois, relata ao pormenor, a maravilha que é poder viver numa terra que: «é muito organizada. Tem tudo, não preciso sair daqui para nada. E vejo esta junta fazer coisas que nunca vi outras juntas fazerem. Se reparar, nem um burquinho encontra nesta terra. São fantásticos! E o Ricardo está de parabéns». Enquanto trocamos ideias, João vai levantando a mão em cumprimento de uma série de pessoas que por ali passam. É o Rebelo, o Francisco, o Levi, a Inês, o que me leva a perguntar-lhe como é que pode conhecer tantas pessoas: «Vi esta terra crescer. Ajudei e ajudo no que for preciso, aqui fiz meus amigos e, sabe, como Queijas não é uma terra de passagem, quem cá vive, vive mesmo esta terra. Não vêm só cá dormir!». Canalizador e electricista na reforma, João não vai esperar estar completamente recuperado de uma intervenção cirúrgica que fez há três meses, para começar a trabalhar, de graça, no Centro Social. «O que eu fizer, é dinheiro que se poupa». Até porque ajudar não é novidade para este homem que ainda há pouco tempo ajudou a angariar 44 adeptos da sueca para um campeonato que se vai realizar num dia em que João não pode participar: «Mas não há problema, porque jogo quase todos os dias», e remete o olhar para o grupo que batia as cartas com convicção numa das mesas colocadas no jardim para esse fim. O problema, é quando chove. João diz que reivindicaram uma cobertura para poderem jogar mesmo quando chove, mas logo emenda afirmando: «Reivindicar não, porque não são reivindicações, são desejos!». E ri-se, enquanto deita um último olhar sobre esta terra que, a ser de alguém, é sem dúvida deste homem que tanto lhe deu e continua a dar!

C.R

Palácio Anjos e Jardim para Ver de Perto. Por Carmo Montanha





Optimus 08
ALIVE! Oeiras

10, 11 e 12 de Julho
Passeio Marítimo de Algés

Rage Against the Machine
The Hives
Bob Dylan
Nouvelle Vague
Within Temptation
Neil Young
Ben Harper & Innocent Criminals
entre muitos outros

